

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	8
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	9

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2025 à 31/12/2025	11
DMPL - 01/01/2024 à 31/12/2024	12
DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023	13
Demonstração de Valor Adicionado	14
Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	16
Notas Explicativas	29
Proposta de Orçamento de Capital	69

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	70
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	73
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	74

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidade)	Último Exercício Social 31/12/2025
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	175.000.000
Preferenciais	0
Total	175.000.000
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2025	Penúltimo Exercício 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 31/12/2023
1	Ativo Total	7.456.959	7.488.651	7.588.350
1.01	Ativo Circulante	1.012.410	754.908	527.403
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	386.218	377.368	174.803
1.01.02	Aplicações Financeiras	231.110	10.790	11.138
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	231.110	10.790	11.138
1.01.03	Contas a Receber	312.437	286.359	264.624
1.01.03.01	Clientes	312.437	286.359	264.624
1.01.03.01.01	Contas a receber das operações	311.971	285.340	229.609
1.01.03.01.02	Contas a receber de partes relacionadas	466	1.019	35.015
1.01.06	Tributos a Recuperar	16.863	13.700	10.279
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	65.782	66.691	66.559
1.01.08.03	Outros	65.782	66.691	66.559
1.01.08.03.02	Pagamentos antecipados relacionadas a concessão	51.595	51.595	51.595
1.01.08.03.03	Adiantamento a fornecedores	0	60	3.125
1.01.08.03.04	Despesas antecipadas e outros créditos	14.187	15.036	11.839
1.02	Ativo Não Circulante	6.444.549	6.733.743	7.060.947
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	609.557	647.618	675.035
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	820	346	247
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	0	0	883
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	608.737	647.272	673.905
1.02.01.10.03	Contas a receber das operações	21.885	25.468	0
1.02.01.10.04	Tributos a recuperar	1.472	1.398	2.106
1.02.01.10.05	Pagamentos antecipados relacionados a concessão	567.543	619.138	670.733
1.02.01.10.06	Depósitos judiciais	1.221	1.268	1.066
1.02.01.10.07	Contas a receber de operações com derivativos	16.616	0	0
1.02.03	Imobilizado	178.415	151.583	114.852
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	127.955	111.638	36.514
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	5.182	917	385

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2025	Penúltimo Exercício 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 31/12/2023
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	45.278	39.028	77.953
1.02.04	Intangível	5.656.577	5.934.542	6.271.060
1.02.04.01	Intangíveis	5.656.577	5.934.542	6.271.060
1.02.04.01.02	Intagível	5.588.605	5.886.496	6.181.983
1.02.04.01.03	Infraestrutura em construção	67.972	48.046	89.077

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2025	Penúltimo Exercício 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 31/12/2023
2	Passivo Total	7.456.959	7.488.651	7.588.350
2.01	Passivo Circulante	545.212	773.107	691.959
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	17.550	15.023	14.058
2.01.02	Fornecedores	61.129	88.051	60.969
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	61.129	88.051	60.569
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	0	0	400
2.01.03	Obrigações Fiscais	220.022	191.907	208.281
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	201.862	174.703	192.620
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	149.997	133.954	162.517
2.01.03.01.02	Impostos e contribuições a recolher	51.865	40.749	30.103
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	18.160	17.204	15.661
2.01.03.03.02	ISS a recolher	18.160	17.204	15.661
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	205.114	23.019	162.960
2.01.04.02	Debêntures	205.114	23.019	162.960
2.01.05	Outras Obrigações	39.918	34.519	42.801
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	12.854	9.767	10.286
2.01.05.02	Outros	27.064	24.752	32.515
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	0	0	10.797
2.01.05.02.04	Obrigações com o Poder Concedente	5.198	4.669	4.509
2.01.05.02.05	Outras obrigações	13.596	15.691	11.920
2.01.05.02.06	Passivo de arrendamento	3.123	439	366
2.01.05.02.07	Passivo de contrato	5.147	3.953	4.923
2.01.06	Provisões	1.479	420.588	202.890
2.01.06.02	Outras Provisões	1.479	420.588	202.890
2.01.06.02.04	Provisão de manutenção	1.479	420.588	202.890
2.02	Passivo Não Circulante	6.037.284	6.180.738	6.443.933
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	4.502.161	4.636.326	4.586.547
2.02.01.02	Debêntures	4.502.161	4.636.326	4.586.547

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2025	Penúltimo Exercício 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 31/12/2023
2.02.02	Outras Obrigações	51.367	35.851	6.489
2.02.02.02	Outros	51.367	35.851	6.489
2.02.02.02.06	Outras obrigações	167	1.725	3.282
2.02.02.02.07	Fornecedores	31.679	13.719	3.178
2.02.02.02.08	Passivo de arrendamento	2.187	540	29
2.02.02.02.09	Passivo de contrato	17.334	19.867	0
2.02.03	Tributos Diferidos	1.452.507	1.394.305	1.491.375
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	1.452.507	1.394.305	1.491.375
2.02.04	Provisões	31.249	114.256	359.522
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	30.683	31.925	34.166
2.02.04.01.06	Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, tributários e previdenciários	30.683	31.925	34.166
2.02.04.02	Outras Provisões	566	82.331	325.356
2.02.04.02.04	Provisão de manutenção	566	82.331	325.356
2.03	Patrimônio Líquido	874.463	534.806	452.458
2.03.01	Capital Social Realizado	246.750	246.750	246.750
2.03.02	Reservas de Capital	163	52	0
2.03.02.07	Plano de Incentivo de Longo Prazo	163	52	0
2.03.04	Reservas de Lucros	627.550	288.004	205.708
2.03.04.01	Reserva Legal	49.350	49.350	49.350
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	197.400	197.400	156.358
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	380.800	41.254	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	3.793.596	3.478.205	3.132.611
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-1.109.549	-1.048.867	-1.107.133
3.02.01	Custo de construção	-88.328	-40.821	-50.347
3.02.02	Provisão de manutenção	-247.493	-261.359	-342.057
3.02.03	Depreciação e amortização	-427.522	-399.400	-375.572
3.02.04	Custo da outorga	-112.428	-107.990	-102.187
3.02.05	Serviços	-85.532	-105.025	-90.160
3.02.06	Custo com pessoal	-95.556	-85.102	-100.284
3.02.07	Materiais, equipamentos e veículos	-23.393	-24.533	-23.570
3.02.08	Outros	-29.297	-24.637	-22.956
3.03	Resultado Bruto	2.684.047	2.429.338	2.025.478
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-216.084	-210.694	-148.033
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-216.084	-210.694	-148.033
3.04.02.01	Serviços	-43.393	-49.878	-26.298
3.04.02.02	Despesas com pessoal	-86.532	-80.128	-60.954
3.04.02.03	Materiais, equipamentos e veículos	-1.920	-1.911	-2.017
3.04.02.04	Depreciação e amortização	-6.763	-4.082	-2.041
3.04.02.05	Lei Rouanet, incentivos audiovisuais, esportivos e Outros	-27.300	-29.468	-26.653
3.04.02.06	Campanhas publicitárias e eventos, feiras e informativos	-14.471	-11.361	-11.270
3.04.02.07	(Reversão) para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários	1.242	2.241	21.593
3.04.02.08	Água, Luz, telefone, internet e gás	-1.729	-1.490	-1.407
3.04.02.09	Contribuições a sindicatos e associações de classe	-2.524	-1.799	-1.751
3.04.02.10	Gastos com viagens e estadias	-1.868	-1.607	-1.066
3.04.02.11	Provisão (reversão) para perda esperada - contas a receber das operações	356	-526	-116
3.04.02.12	Impostos, taxas e despesas com cartório	-2.751	-1.668	-1.569
3.04.02.14	Despesas legais e judiciais	-1.557	-1.694	-612
3.04.02.15	Indenizações civil e trabalhista	-14.184	-10.364	-9.684
3.04.02.16	Multas dedutíveis	-481	-1.517	-8.974

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
3.04.02.17	Outras receitas (despesas) operacionais	-12.209	-15.442	-15.214
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	2.467.963	2.218.644	1.877.445
3.06	Resultado Financeiro	-692.596	-581.895	-407.245
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	1.775.367	1.636.749	1.470.200
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-574.926	-523.137	-471.382
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	1.200.441	1.113.612	998.818
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	1.200.441	1.113.612	998.818
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	6,8597	6,3635	5,70753
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	6,8597	6,3635	5,70753

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
4.01	Lucro Líquido do Período	1.200.441	1.113.612	998.818
4.03	Resultado Abrangente do Período	1.200.441	1.113.612	998.818

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	1.909.478	2.004.296	1.798.418
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	2.718.516	2.387.479	2.113.734
6.01.01.01	Lucro Líquido do Exercício	1.200.441	1.113.612	998.818
6.01.01.02	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	58.202	-97.070	-179.131
6.01.01.03	Apropriação de Despesas Antecipadas	51.595	51.595	51.595
6.01.01.04	Depreciação e Amortização	433.076	402.759	377.165
6.01.01.05	Baixa do Ativo Imobilizado	1.451	181	1.064
6.01.01.06	Depreciação - Direito de uso em Arrendamento	1.209	723	448
6.01.01.07	Juros sobre Debêntures	720.081	592.166	509.064
6.01.01.08	Valor justo de Debêntures	37.450	0	0
6.01.01.09	Plano de Incentivo de Longo Prazo, liquidável em ações	111	52	0
6.01.01.10	Rendimento de Aplicações Financeiras	-24.700	-5.946	-4.787
6.01.01.11	(Reversão) provisão para perda esperada - contas a receber das operações	-356	526	116
6.01.01.12	Constituição líquida de reversões e atualizações para provisões de riscos cíveis, trabalhistas e tri	18.821	29.477	-751
6.01.01.13	Constituição da Provisão de Manutenção	247.493	261.359	342.057
6.01.01.14	Ajuste a Valor Presente da Provisão de Manutenção	28.863	50.075	31.983
6.01.01.15	Capitalização de Custos dos Empréstimos	-38.825	-12.155	-13.943
6.01.01.17	Variações Cambiais sobre Fornecedores Estrangeiros	8	1	7
6.01.01.18	Resultado de Operações com Derivativos	-16.616	0	0
6.01.01.19	Reversão do Ajuste a Valor Presente do Arrendamento	212	124	29
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-809.038	-383.183	-315.316
6.01.02.01	Contas a Receber das Operações	-22.692	-81.725	-48.672
6.01.02.02	Contas a Receber de Partes Relacionadas	553	34.879	-9.841
6.01.02.03	Tributos a Recuperar	-3.237	-2.709	3.707
6.01.02.04	Adiantamentos a fornecedores	60	3.065	-3.122
6.01.02.05	Despesas Antecipadas e Outros Créditos	422	-3.498	-2.108
6.01.02.07	Fornecedores	-8.970	37.622	-271
6.01.02.08	Fornecedores e Contas a Pagar a Partes Relacionadas	3.087	-519	3.025

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
6.01.02.09	Obrigações Sociais e Trabalhistas	2.527	965	-2.683
6.01.02.10	Impostos e Contribuições a Recolher e Parcelados e Provisão Imposto de Renda e Contribuição Social	502.105	613.762	621.681
6.01.02.11	Pagamentos com Imposto de Renda e Contribuição Social	-481.137	-637.817	-753.033
6.01.02.12	Obrigações com o Poder Concedente	529	160	-40
6.01.02.13	Realização da Provisão de Manutenção	-777.230	-336.761	-113.968
6.01.02.14	Outras obrigações	-3.653	2.214	10.851
6.01.02.15	Pagamento de Provisão para Riscos Cíveis, Trabalhistas, Tributários e Previdenciários	-20.063	-31.718	-20.842
6.01.02.16	Passivo de contrato	-1.339	18.897	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-335.924	-84.172	-124.629
6.02.01	Aquisição de Ativo Imobilizado	-42.319	-42.605	-65.037
6.02.02	Adições ao Ativo Intangível	-103.413	-48.304	-55.531
6.02.03	Outros de Ativo Intangível	5.428	443	105
6.02.04	Aplicações Financeiras Líquidas de Resgate	-196.047	5.723	-3.622
6.02.05	Resgates / Aplicações (Conta Reserva)	427	571	-544
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-1.564.704	-1.717.559	-2.048.858
6.03.01	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Pagos	-853.748	-1.034.436	-4.068.797
6.03.02	Debêntures - Captações (líquidas dos custos de transação)	2.494.883	1.994.993	2.629.598
6.03.03	Debêntures - Pagamentos de Principal	-2.650.000	-2.061.100	-107.800
6.03.04	Debêntures - Pagamentos de Juros	-554.484	-616.221	-501.369
6.03.05	Arrendamento - Pagamentos de Principal	-1.355	-795	-490
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	8.850	202.565	-375.069
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	377.368	174.803	549.872
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	386.218	377.368	174.803

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 31/12/2025

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	246.750	52	288.004	0	0	534.806
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	246.750	52	288.004	0	0	534.806
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	111	-238.654	0	0	-238.543
5.04.06	Dividendos	0	0	-238.654	0	0	-238.654
5.04.08	Plano de Incentivo de Longo Prazo, Liquidável em Ações	0	111	0	0	0	111
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.200.441	0	1.200.441
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.200.441	0	1.200.441
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	578.200	-1.200.441	0	-622.241
5.06.04	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-47.647	0	-47.647
5.06.05	Dividendos	0	0	0	-574.594	0	-574.594
5.06.06	Dividendo Adicional Proposto	0	0	380.800	-380.800	0	0
5.06.07	Reserva de Retenção de Lucros	0	0	197.400	-197.400	0	0
5.07	Saldos Finais	246.750	163	627.550	0	0	874.463

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2024 à 31/12/2024

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	246.750	0	205.708	0	0	452.458
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	246.750	0	205.708	0	0	452.458
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	52	-156.358	0	0	-156.306
5.04.06	Dividendos	0	0	-156.358	0	0	-156.358
5.04.08	Plano de Incentivo de Longo Prazo, Liquidável em Ações	0	52	0	0	0	52
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.113.612	0	1.113.612
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.113.612	0	1.113.612
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	238.654	-1.113.612	0	-874.958
5.06.04	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-51.182	0	-51.182
5.06.05	Dividendos	0	0	0	-823.776	0	-823.776
5.06.06	Dividendo Adicional Proposto	0	0	41.254	-41.254	0	0
5.06.07	Reserva de Retenção de Lucros	0	0	197.400	-197.400	0	0
5.07	Saldos Finais	246.750	52	288.004	0	0	534.806

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	246.750	0	246.750	3.027.132	0	3.520.632
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	246.750	0	246.750	3.027.132	0	3.520.632
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	998.818	0	998.818
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	998.818	0	998.818
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-41.042	-4.025.950	0	-4.066.992
5.06.04	Dividendos	0	0	-197.400	-3.820.778	0	-4.018.178
5.06.05	Juros sobre capital próprio	0	0	0	-48.814	0	-48.814
5.06.06	Reserva de retenção de lucros	0	0	156.358	-156.358	0	0
5.07	Saldos Finais	246.750	0	205.708	0	0	452.458

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
7.01	Receitas	4.142.688	3.806.908	3.424.565
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	4.141.501	3.807.042	3.423.034
7.01.02	Outras Receitas	831	392	1.647
7.01.02.03	Outras Receitas	831	392	1.647
7.01.04	Provisão/Reversão de Crédts. Liquidação Duvidosa	356	-526	-116
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-702.978	-682.831	-705.934
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-130.725	-147.034	-131.383
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-124.004	-125.627	-79.960
7.02.04	Outros	-448.249	-410.170	-494.591
7.02.04.01	Custo de construção	-88.328	-40.821	-50.347
7.02.04.02	Provisão de manutenção	-247.493	-261.359	-342.057
7.02.04.03	Outorga	-112.428	-107.990	-102.187
7.03	Valor Adicionado Bruto	3.439.710	3.124.077	2.718.631
7.04	Retenções	-434.285	-403.482	-377.613
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-434.285	-403.482	-377.613
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	3.005.425	2.720.595	2.341.018
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	182.332	74.629	122.450
7.06.02	Receitas Financeiras	182.332	74.629	122.450
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	3.187.757	2.795.224	2.463.468
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	3.187.757	2.795.224	2.463.468
7.08.01	Pessoal	157.065	142.797	142.526
7.08.01.01	Remuneração Direta	113.651	102.709	97.989
7.08.01.02	Benefícios	37.549	34.799	36.748
7.08.01.03	F.G.T.S.	5.865	5.289	5.128
7.08.01.04	Outros	0	0	2.661
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	943.929	870.808	780.996
7.08.02.01	Federais	744.479	681.108	613.683
7.08.02.02	Estaduais	377	394	246

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
7.08.02.03	Municipais	199.073	189.306	167.067
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	886.322	668.007	541.128
7.08.03.01	Juros	874.736	655.746	529.165
7.08.03.02	Aluguéis	11.586	12.261	11.963
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	1.200.441	1.113.612	998.818
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	47.647	51.182	36.113
7.08.04.02	Dividendos	955.394	865.030	0
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	197.400	197.400	962.705

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Sobre a Companhia

1.1. Aos acionistas

É com satisfação que submetemos à apreciação de V. Sas., o Relatório de Administração e as Demonstrações Financeiras da Concessionária do Sistema Anhanguera-Bandeirantes S.A. relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, acompanhados do Relatório dos auditores independentes.

1.2. Apresentação

A Companhia ("Motiva AutoBAN" ou "Companhia" ou "Concessionária") é uma sociedade por ações controlada pela Motiva S.A. ("Motiva"), a qual detém, direta e indiretamente, 100% do capital social da Companhia.

A Concessão do Sistema Anhanguera-Bandeirantes, com sede localizada na cidade de Jundiaí, Estado de São Paulo, foi outorgada em 1998. O sistema é composto pelas Rodovias Anhanguera, Bandeirantes, Adalberto Panzan e Dom Gabriel Paulino Bueno e Couto e cobre atualmente um trecho de 316,8 quilômetros. Em 2010 a Companhia passou a administrar as pistas da marginal do rio Tietê em São Paulo, com responsabilidade pela manutenção do trecho entre os quilômetros 4,4 e 1,7 da marginal direita (quando percorrida na direção do rio Pinheiros) e entre os quilômetros 1,1 e 4,4 da marginal esquerda (quando percorrida na direção da Rodovia Ayrton Senna). A Rodovia Dom Gabriel Paulino Bueno Couto liga as Rodovias Anhanguera e Bandeirantes na região de Jundiaí e a Rodovia Adalberto Panzan na região de Campinas.

As rodovias sob concessão da Companhia localizam-se em regiões estratégicas e economicamente desenvolvidas no Estado de São Paulo, onde 27,4% de todos os veículos do país estão concentrados, de acordo com informação publicada pela Secretaria Nacional de Trânsito ("SENATRAN") referente a novembro de 2025.

Além disso, o Sistema, juntamente com outras rodovias, liga os maiores centros urbanos, bem como outras importantes regiões do Estado de São Paulo ao Porto de Santos, configurando importante rota de escoamento das exportações brasileiras e instrumento fundamental na economia e na integração dos municípios da região.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

O Sistema Anhanguera-Bandeirantes possui 8 praças de pedágio, 14 bases de atendimento ao usuário, 7 estações de pesagem e um CCO (Centro de Controle Operacional). O sistema de monitoramento de tráfego é operado com 111 câmeras de TV interligadas por redes de fibras ópticas ao CCO, cobrindo 99% do sistema rodoviário. No CCO existe uma posição exclusiva para uso da Polícia Militar Rodoviária (PMRv), a qual opera 24 horas, de onde é possível acionar com maior rapidez os recursos externos e bases da PMRv, a CETESB, a Defesa Civil e os Bombeiros, contribuindo de forma ágil ao atendimento das diversas situações registradas diariamente nas rodovias.

Durante os últimos 25 anos a Companhia vem desenvolvendo diversos trabalhos a exemplo dos serviços de engenharia, conservação, atendimento e educação no Sistema Anhanguera-Bandeirantes, o que possibilitou a redução de 47,40% no índice de acidentes e 35,53% no índice de feridos. Nesse mesmo período o índice de mortes foi reduzido em 82% considerando a extensão da rodovia, o fluxo de veículos que transitaram e o número de dias do período.

O Serviço de Atendimento ao Usuário atua 24 horas por dia, contribuindo para a melhoria contínua da segurança dos usuários e fluidez do tráfego. Em 2025, o Centro de Controle Operacional (CCO) registrou 177.349 atendimentos. Foram realizados 33.361 atendimentos pelos guinchos, 7.874 pelos resgates, 124.492 pelos veículos de inspeção de tráfego e 8.409 por outros veículos (caminhão munck, caminhão pipa e apreensão de animal).

Atualmente, uma viatura de atendimento pré-hospitalar chega ao local do acidente em média em 9 minutos e 24 segundos, e o guincho, em 16 minutos e 23 segundos (em 85% dos casos).

Em atendimento ao contrato de concessão, a concessionária fornece veículos de patrulhamento à polícia rodoviária e demais subsídios necessários à operação dentro da área de atuação da concessão.

O prazo original da concessão de 20 anos, até 30 de abril de 2018, por outorga do Estado de São Paulo, representado pelo Departamento de Estradas de Rodagem de São Paulo ("DER/SP"), foi alterado no dia 20 de dezembro de 2006, através de Termo Aditivo Modificativo ao Contrato de Concessão. O Aditivo reequilibró a equação econômico-financeira da concessão, estendendo-se o prazo de concessão em 104 meses, com nova data de término em primeiro de janeiro de 2027, em razão dos impactos decorrentes de diversos fatores: tributos, escalonamento do reajuste de 2003 e readequações dos cronogramas de investimentos.

Em 2016 houve duas extensões do prazo contratual em razão das seguintes obras: (i) Em 08 de abril, extensão de 3 meses e 15 dias devido ao Complexo Jundiaí, acesso do km 84+600, pista sul da SP-330 e acesso do km 110, pista sul da SP-330; (ii) Em 03 de junho, extensão de 2 dias devido a melhoria do sistema viário de acesso ao Bairro Aparecidinha, junto ao trevo do km 103+860 da SP-330. Assim, a nova data de término passou a ser 17 de abril de 2027.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Em 29 de junho de 2021 foi assinado acordo preliminar TAM Preliminar nº 01/2021 junto a ARTESP e ao Governo do Estado de SP, no qual estava previsto a prorrogação do prazo de concessão até janeiro de 2037, em função dos fatores a seguir: encerramento da ação judicial de cancelamento do TAM nº 16/2006 e reequilíbrio dos passivos regulatórios oriundos do TAM nº 16/2006; reequilíbrio referente ao TAM nº 25/2011 de substituição do índice de reajuste das tarifas de pedágio IGPM para IPCA; repasse dos reajustes dos anos de 2013 e 2014 e seus efeitos compensatórios até a edição da Resolução SLT 4/18; eventos de desequilíbrios posteriores à celebração do TAM 16/2006.

Em 31 de março de 2022 foi celebrado o TAM Coletivo nº 01/2022 entre a Companhia e o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Logística e Transportes ("Poder Concedente"), com a interveniência e anuência da ARTESP.

Observando-se os termos e condições previstas no Termo Aditivo e Modificativo Preliminar Coletivo nº 1/2021, que foi celebrado no dia 29 de junho de 2021, o Acordo Definitivo teve o objetivo de (i) estabelecer os valores finais, apurados a partir dos cálculos realizados pela ARTESP, de cada um dos desequilíbrios econômico-financeiros dos contratos objeto do Acordo Definitivo, reconhecidos de forma irrevogável e irretratável no Acordo Preliminar; (ii) disciplinar as responsabilidades das partes e da ARTESP quanto às medidas necessárias para o encerramento das ações judiciais objeto do Acordo Definitivo; (iii) reconhecer o saldo remanescente de desequilíbrio em favor da Companhia; (iv) promover o reequilíbrio econômico-financeiro mediante prorrogação do prazo de vigência do contrato de concessão em 3.911 dias, encerrando-se em 31 de dezembro de 2037.

Com a assinatura do Acordo Definitivo, as partes outorgaram quitações recíprocas com relação a quaisquer litígios, presentes ou futuros, que tenham por objeto os eventos de desequilíbrio econômico-financeiro efetivamente reequilibrados pelo Acordo Preliminar e pelo Acordo Definitivo.

A Companhia, em 31 de dezembro de 2025, contava com 887 colaboradores diretos.

1.3. Destaques do ano de 2025

Investimentos:

- O principal investimento do período foi direcionado para a recuperação da infraestrutura viária, com destaque para as intervenções no pavimento das rodovias SP-330 e SP-348, totalizando o montante de R\$ 777.230. Além disso, foram realizados investimentos na recuperação de Obras de Arte Especiais ao longo do trecho, no valor de R\$ 20.479.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Dividendos e juros sobre capital próprio - JCP:

- A Companhia distribuiu aos acionistas no exercício R\$ 813.246.971 referentes a dividendos e, ao longo do ano de 2025, foi aprovado em Ata de Reunião do Conselho de Administração (RCA) o destaque dos juros sobre o capital próprio no valor bruto de R\$ 38.156, relativo ao lucro do exercício, correspondente ao montante líquido de R\$ 32.432, deduzidos 15% de imposto de renda retido na fonte (IRRF) correspondente a R\$ 5.723. Do montante destacado houve o recolhimento integral do IRRF e o pagamento de todo o valor líquido dos destaques ocorridos, além do pagamento do montante de R\$ 9.491, referente ao destaque do quarto trimestre de 2024.

Principais Reconhecimentos e Prêmios em 2025:

- A Motiva Autoban, concessionária responsável pela administração do Sistema Anhanguera–Bandeirantes, foi eleita a Melhor Concessionária de Rodovias na 23ª edição do Prêmio NTC&Logística – Fornecedores do Transporte. Criado em 1998 pela Associação Nacional do Transporte de Cargas e Logística (NTC&Logística), o prêmio reconhece empresas que se destacam no fornecimento de produtos e serviços para o Transporte Rodoviário de Cargas (TRC). A categoria Concessionárias de Rodovias valoriza concessionárias que oferecem infraestrutura de qualidade e inovação para o setor.
- Outro prêmio importante, “Maiores do Transporte & Melhores do Transporte”, também elegeu a Motiva Autoban concessionária do ano. Tradicional evento promovido pelas revistas Transporte Moderno e Technibus, publicadas pela OTM Editora, um dos mais importantes do setor no país.
- A Rodovia dos Bandeirantes (SP-348) foi eleita a terceira melhor rodovia do país segundo o Ranking Nacional da Pesquisa CNT de Rodovias, da Confederação Nacional dos Transportes. A pesquisa CNT, que é realizada há 30 anos pela Confederação Nacional dos Transportes, avaliou as características e condições dos 114 mil quilômetros de rodovias pavimentadas brasileiras. Os técnicos levaram em consideração o pavimento, a sinalização e a geometria da via. São avaliados itens como condição do asfalto, da sinalização vertical e horizontal, curvas e pontes, por exemplo.

2. Desempenho Econômico-Financeiro

2.1. Mercado

A Companhia administra um sistema de rodovias que percorre a região sudeste do país, uma das regiões economicamente mais importantes do Brasil e interliga a cidade de São Paulo com o interior do Estado. Inclusa nesta ligação está a cidade de Campinas, que conecta, em conjunto com outras rodovias, grandes centros urbanos no interior e áreas adjacentes. As rodovias administradas pela Companhia também exercem

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

importante participação no escoamento de cargas de diversas regiões do Estado para o porto de Santos, facilitando o fluxo natural de exportações brasileiras. A Companhia acredita que este sistema é um elemento importante para a economia do Estado de São Paulo, estando sujeita às condições econômicas e políticas da região e do país.

Em R\$ mil	2025	2024	Var. %
Receita Operacional Bruta (incluída a Receita de Construção)	4.141.501	3.807.042	8,8%
Receita Operacional Bruta (excluída a Receita de Construção)	4.053.173	3.766.221	7,6%
- Receita de Pedágio	3.985.229	3.695.634	7,8%
- Outras Receitas	67.944	70.587	-3,7%
Deduções da Receita Bruta	(347.905)	(328.837)	5,8%
Receita Líquida (excluída a Receita de Construção)	3.705.268	3.437.384	7,8%
(+) Receita de Construção	88.328	40.821	116,4%
Custos e Despesas (a)	(1.325.633)	(1.259.561)	5,2%
- Depreciação e Amortização	(434.285)	(403.482)	7,6%
- Custos Contratuais	(112.428)	(107.990)	4,1%
- Serviços de Terceiros	(128.925)	(154.903)	-16,8%
- Custo com Pessoal	(182.088)	(165.230)	10,2%
- Custo de Construção	(88.328)	(40.821)	116,4%
- Provisão de Manutenção	(247.493)	(261.359)	-5,3%
- Materiais, equipamentos e veículos	(25.313)	(26.444)	-4,3%
- Outros custos e gastos gerais	(106.773)	(99.332)	7,5%
EBIT ajustado	2.467.963	2.218.644	11,2%
Margem EBIT ajustada (b)	66,61%	64,54%	2,1
EBIT (c)	2.467.963	2.218.644	11,2%
Margem EBIT	65,06%	63,79%	1,3
(+) Depreciação e amortização	434.285	403.482	7,6%
EBITDA (b)	2.902.248	2.622.126	10,7%
Margem EBITDA	76,50%	75,39%	1,1
(+) Provisão de manutenção (d)	247.493	261.359	-5,3%
(+) Apropriação de despesas antecipadas (e)	51.595	51.595	0,0%
EBITDA ajustado	3.201.336	2.935.080	9,1
Margem EBITDA ajustada (f)	86,40%	85,39%	1,0
Resultado Financeiro Líquido	(692.596)	(581.895)	19,0%
Lucro (Prejuízo) Antes do IR & CS	1.775.367	1.636.749	8,5%
Imposto de Renda e Contribuição Social	(574.926)	(523.137)	9,9%
Lucro antes da participação dos minoritários	1.200.441	1.113.612	7,8%
Lucro Líquido atribuído aos acionistas da controladora	1.200.441	1.113.612	7,8%
Endividamento bruto (g)	4.707.275	4.659.345	1,0%
Investimentos (caixa)	922.962	427.915	115,9%

(a) Custos totais: custos dos serviços prestados + custos de construção + despesas gerais e administrativas e outras receitas e despesas operacionais;

(b) Calculados de acordo com a Instrução CVM nº 156/22;

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

- (c) A margem EBIT ajustada foi calculada por meio da divisão do EBIT pelas Receitas Líquidas sem considerar a receita de construção, dado que esta é um requerimento do IFRS, cuja contrapartida de igual valor afeta os custos totais;
- (d) A provisão de manutenção se refere à estimativa de gastos futuros com manutenção periódica e é ajustada, pois se refere a item não-caixa relevante das demonstrações financeiras;
- (e) Refere-se à apropriação ao resultado de pagamentos antecipados relacionados à concessão e é ajustada, pois se refere a item não-caixa relevante das demonstrações financeiras;
- (f) A margem EBITDA ajustada foi calculada por meio da divisão do EBITDA ajustado pelas receitas líquidas, excluindo-se a receita de construção, dado que esta é um requerimento do IFRS, cuja contrapartida de igual valor afeta os custos totais;
- (g) Dívida bruta: somatória dos empréstimos, financiamento e debêntures (líquidos dos custos de transação); e
- (h) Investimentos: somatória das adições do ativo imobilizado, intangível e realização da provisão de manutenção.

2.2. Desempenho

2.2.1. Receita operacional

A receita de pedágio em 2025 totalizou R\$ 3.985.229 e apresentou variação de 7,8% em relação a 2024, influenciada pelo reajuste tarifário, reequilíbrio cautelar concedido pela pandemia de COVID-19, além do aumento do tráfego em geral.

2.2.2. Custo e despesas totais

Os custos totais apresentaram aumento de 5,2% em relação a 2024, perfazendo R\$ 1.325.633 no ano de 2025. Os principais motivos dessa variação estão indicados abaixo:

- Os custos de construção atingiram R\$ 88.328, representando um aumento de 116,4% em relação a 2024, em decorrência da maior concentração de obras em 2025, com destaque para as faixas adicionais das rodovias SP-330 e SP-348, nos trechos do km 21 ao 22 e 47 ao 50, respectivamente, ambos nas pistas sentido norte, além das obras de implantação de caixas de produtos perigosos em ambas as rodovias e obras de desassoreamento no km 91 da SP-330.
- Os custos e despesas de depreciação e amortização somaram R\$ 434.285 no ano de 2025, representando um aumento de 7,6% em relação a 2024.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

- Os custos contratuais, que incluem a apropriação de despesas antecipadas, atingiram R\$ 112.428 no ano de 2025 apresentando um aumento de 4,1% em relação a 2024, devido principalmente do aumento da outorga variável, decorrente do crescimento da receita.
- Os gastos com pessoal totalizaram R\$ 182.088 no ano de 2025, um aumento de 10,2% especialmente devido ao aumento nos valores do rateio de serviços compartilhados.
- Os custos e despesas com serviços de terceiros totalizaram R\$ 128.925 no ano de 2025, uma diminuição de 16,8% devido principalmente a transferência do escopo de pavimento para provisão de manutenção em 2025 e a ajustes nas equipes que prestam serviços de conservação de rotina, visando a otimização dos trabalhos.
- Os custos e despesas com materiais, equipamentos e veículos totalizaram R\$ 25.313 no ano de 2025, uma diminuição de 4,3%, principalmente em decorrência da menor demanda por manutenção e combustível dos veículos da operação, além da menor necessidade de troca de uniformes devido ao menor quantitativo de pessoal.
- Outros custos e despesas com gastos gerais totalizaram R\$ 106.773 no ano de 2025, representando um aumento de 7,5%, substancialmente devido ao aumento nos valores do rateio de serviços compartilhados. Adicionalmente, houve aumento no volume de ressarcimentos aos usuários por acordo, visando a diminuição de processos judiciais.

2.2.3. Resultado financeiro

No ano de 2025, as operações financeiras da Companhia geraram um resultado financeiro líquido negativo de R\$ 692.596, comparado a um resultado negativo de R\$ 581.895, em 2024. A piora ocorreu devido, principalmente, a três fatores: (i) aumento dos juros dos financiamentos em decorrência do maior volume total da dívida da Companhia entre os meses de agosto a dezembro de 2025, tendo em vista que a liquidação da 14ª Emissão foi feita em duas etapas, além do maior CDI no período, (ii) resultado negativo do hedge da Série Incentivada da 16ª Emissão de Debêntures, e (iii) contabilização das comissões da 16ª Emissão de Debêntures e do prêmio aos debenturistas pela liquidação antecipada da 14ª Emissão de Debêntures, ambos em 2025. A receita financeira teve desempenho superior, compensado em parte o pior resultado financeiro, devido a aplicação do saldo de caixa da 16ª Emissão de Debêntures, além de o saldo de caixa médio ter sido maior naquele ano.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

2.2.4. Lucro líquido

Em 2025, o lucro líquido atingiu R\$ 1.200.441, apresentando aumento de 7,8% em relação a 2024. A variação tem como principal influência o melhor resultado operacional.

2.2.5. Endividamento bruto

Em 2025, a dívida bruta totalizou R\$ 4.707.275, em moeda local, representando um aumento de 1,0% em relação a 2024 (R\$ 4.659.345), sendo 96,4% do montante com vencimento em longo prazo.

2.2.6. Investimentos

No acumulado do ano de 2025, os investimentos somaram R\$ 922.962, apresentando aumento de 115,7% em relação a 2024 (R\$ 427.915). A variação foi causada substancialmente pelas recuperações de pavimento nas rodovias SP-348 e SP-330.

3. Estratégia e Gestão

3.1 Governança Corporativa

Conselho de Administração

A Companhia é administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria Executiva com poderes conferidos pela legislação aplicável e de acordo com seu Estatuto Social. O Conselho de Administração é, atualmente, composto por três membros efetivos, residentes no país.

Os membros do Conselho de Administração, dentre os quais o Presidente e o Vice-Presidente, são eleitos pelos seus acionistas reunidos em Assembleia Geral Ordinária para um mandato unificado de um ano, podendo ser reeleitos. Os membros do Conselho de Administração também podem ser eleitos em Assembleia Geral Extraordinária.

Diretoria Executiva

Os Diretores são responsáveis pela administração cotidiana e são eleitos pelo Conselho de Administração para um prazo de mandato de um ano, podendo ser reeleitos. Atualmente, a Diretoria é composta por dois membros, um Diretor-Presidente que ocupa, também, o cargo de Diretor de Relações com Investidores e um Diretor Operacional, conforme Estatuto Social da Companhia.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

O cargo de Diretor de Relações com Investidores da Companhia é exercido pelo Sr. Rodrigo Monteiro. A Diretoria de Relações com Investidores está localizada na Av. Professora Maria do Carmo Guimarães Pellegrini, nº 200, Bairro do Retiro, Jundiaí, Estado de São Paulo e no endereço eletrônico www.rodovias.motiva.com.br/autoban/. O Sr. Rodrigo Monteiro pode ser contatado no telefone (11) 4589-4004 ou pelo e-mail rodrigo.fmonteiro@motiva.com.br.

Outras informações da Companhia podem ser obtidas no Formulário de Referência, disponível no site da própria Companhia e da CVM.

3.2 Gestão de Pessoas

A Motiva acredita no potencial humano como força propulsora para inovação, transformação e competitividade. Essa convicção orienta uma cultura organizacional colaborativa, transparente e orientada a resultados, capaz de mobilizar equipes para superar desafios e gerar impacto positivo e sustentável nas comunidades onde atuamos.

Fundamentada nesse propósito, a companhia estruturou uma política de gestão de Pessoas focada na excelência em Atração, Desenvolvimento, Engajamento e Retenção de Talentos, promovendo ambientes que estimulam o aprendizado contínuo, o protagonismo, a diversidade e a construção conjunta de soluções. Nosso compromisso é oferecer as condições necessárias para o crescimento dos profissionais, sempre com ética, responsabilidade, segurança e respeito às individualidades.

A gestão do capital humano está alinhada às diretrizes estratégicas do Conselho de Administração, com acompanhamento do Comitê de Pessoas, garantindo coerência, governança e rigor na execução das práticas da área de Pessoas. O desenvolvimento das nossas pessoas é parte central da estratégia da Motiva e exige investimentos permanentes em múltiplas frentes, desde a atração e retenção de profissionais qualificados, passando por políticas competitivas de remuneração e benefícios, até sistemas robustos de saúde e segurança, além de programas abrangentes de formação técnica e desenvolvimento de lideranças.

Na Motiva, acreditamos que pessoas bem cuidadas, preparadas e engajadas são essenciais para entregar infraestrutura de qualidade, impulsionar o crescimento do setor e ampliar o valor gerado para toda a sociedade.

4. ESG

A Sustentabilidade segue como um tema estratégico para a Motiva, orientando a geração de valor para acionistas, clientes, fornecedores, colaboradores, sociedade e demais públicos de relacionamento. Em 2025, a Companhia avançou na implementação da Ambição 2035, cuja visão atualizada reflete sua aspiração de longo prazo e está estruturada em quatro eixos principais: Crescimento Rentável e Seletivo,

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Geração de Valor, Balanço Robusto e Liderança Sustentável.

Para atuar no eixo de Liderança Sustentável, a Motiva conta com uma Estratégia de Sustentabilidade robusta organizada em 5 pilares: Redução do Risco Climático e da Pegada Ambiental, Gestão Sustentável da Cadeia de Valor, Impacto Positivo na Sociedade, Valorização das Pessoas e Cultura de Integridade e Segurança. Mais informações sobre as metas de cada pilar, status e Governança da Estratégia estão disponíveis em: <https://www.motiva.com.br/esg/nossas-praticas/>.

Entre os principais marcos, destaca-se a liderança exercida na Coalizão para a Descarbonização dos Transportes, iniciativa que promoveu um esforço coletivo em prol da descarbonização sustentável do setor, com base nas tecnologias e informações atualmente disponíveis, as quais poderão evoluir com novos avanços futuros. Aproximadamente 120 empresas participaram do processo, resultando no mapeamento de 90 alavancas de descarbonização. O estudo identificou três vetores principais para reduzir as emissões do setor em até 70% até 2050: (i) mudança na matriz de transportes para modos mais eficientes; (ii) expansão da eletrificação e uso de soluções *power-to-x*; e (iii) ampliação do uso de biocombustíveis. O estudo completo da iniciativa está disponível em: [Relatório Coalizão Transportes – Completo](#).

Além disso, a Companhia participou da COP 30, realizada em Belém (PA), reforçando seu compromisso com as discussões globais sobre mudanças climáticas e contribuindo para debates estratégicos relacionados ao setor de mobilidade e infraestrutura. Em parceria com atores relevantes, foi estruturada uma agenda estratégica voltada à mitigação e adaptação da infraestrutura de mobilidade, com o objetivo de promover o desenvolvimento de cidades mais inclusivas, resilientes e sustentáveis. A participação foi marcada por diálogo e colaboração com sociedade civil, setor privado e poder público, promovendo discussões sobre descarbonização setorial, proteção da biodiversidade, adaptação climática e cidades sustentáveis e resilientes. Ao longo do evento, a Companhia esteve presente em 27 painéis, dentro e fora da Blue Zone, reforçando seu papel de liderança no setor. Essa atuação evidencia nosso compromisso em antecipar tendências, influenciar políticas públicas e contribuir para soluções que acelerem a transição para uma economia de baixo carbono.

No desempenho em índices e reconhecimentos, a Motiva manteve, pelo 15º ano consecutivo, sua presença na carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da B3. A Companhia também permanece listada no Índice de Carbono Eficiente (ICO2) e conquistou, pelo 12º ano consecutivo, o Selo Ouro do Programa Brasileiro GHG Protocol. Além disso, registrou avanço significativo no Índice CSA (Corporate Sustainability Assessment) da S&P Global em 2025, refletindo o fortalecimento das práticas de sustentabilidade e alinhamento aos mais altos padrões globais. A Motiva segue acompanhando as atualizações de ratings e avaliações externas.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Em 2025, lançamos a Política de Sustentabilidade [GE1.1], reforçando a governança e a integração dos temas ESG à gestão corporativa. Também passamos a divulgar trimestralmente os indicadores de sustentabilidade, permitindo acompanhar a evolução dos compromissos assumidos na Estratégia de Sustentabilidade da Motiva. Saiba mais em: <https://www.motiva.com.br/esg/nossas-praticas/>.

A atuação sustentável da Motiva está ancorada em um conjunto robusto de políticas corporativas — incluindo o Estatuto Social, Código de Ética e demais diretrizes — disponíveis na seção de Governança de seu site. Anualmente, a Companhia reporta seus avanços e resultados por meio do Relatório de Sustentabilidade elaborado conforme as referências do International Integrated Reporting Council -Relato Integrado (IIRC), Global Reporting Initiative (GRI) e Sustainability Accounting Standards Board (SASB). A edição mais recente está disponível em: <https://www.motiva.com.br/esg/nossas-praticas/>.

4.1 Iniciativas Voluntárias

A Motiva participa voluntariamente de iniciativas externas conduzidas por instituições de reconhecida credibilidade e adota frameworks internacionalmente consolidados, reforçando seu compromisso com a promoção do desenvolvimento sustentável.

Entre elas, destacam-se o Pacto Global da ONU, que dissemina princípios voltados à responsabilidade corporativa, e a Agenda 2030, com seus Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. A Motiva é aderente ao Movimento Ambição Net Zero e, em 2025, passou a integrar os Movimentos Mente em Foco, voltado à promoção da saúde mental, e Transparência 100%, que incentiva práticas de integridade e combate à corrupção além das obrigações legais. Também participa da iniciativa Liderança com ImPacto, representada pelo CEO Miguel Setas como porta-voz do ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis.

Adicionalmente, é associada ao Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS), atuando como agente de transformação rumo a uma economia mais sustentável e equitativa.

Em 2025, a Motiva firmou parcerias estratégicas para fortalecer sua agenda de Sustentabilidade, incluindo a Fundação SOS Mata Atlântica e as Reservas Votorantim para conservação da biodiversidade, a adesão à TNFD para gestão de riscos relacionados à natureza, e alianças com empresas do setor elétrico para garantir energia 100% renovável.

Incentivando a transparência na gestão de emissões de gases de efeito estufa, a companhia é adepta ao CDP, *GHG Protocol* e à *Science Based Targets Initiative* (SBTi).

Para a elaboração do Relatório de Sustentabilidade a companhia adota GRI e SASB. Além disso, a Companhia está se preparando para uma transição de reporte de sustentabilidade, visando atender às normas *International Financial Reporting Standards* - IFRS S1 e S2, que serão obrigatórias a partir de 2026.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Essa iniciativa consolida a aderência às melhores práticas globais de divulgação de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade, reforçando a integração entre gestão financeira e aspectos ESG, com transparência e alinhamento às exigências internacionais.

4.2 Instituto Motiva

Em 2025, o Instituto Motiva – evolução do Instituto CCR – lançou sua nova marca e estratégia com foco na promoção de cidades mais resilientes, inclusivas e sustentáveis, atuando pelos pilares de Soluções Sustentáveis, Redução das Desigualdades e Qualidade de Vida, orientando o investimento social por meio de Coalizões, Impacto Territorial e Promoção de Causas.

Nesse ano, priorizou 20 territórios estratégicos, realizou diagnósticos e desenvolveu planos participativos com lideranças locais, investindo mais de R\$ 82 milhões em mais de 50 projetos que beneficiaram 2,1 milhões de pessoas, além de ampliar seu compromisso de impacto até 2035 para mais de R\$ 1 bilhão.

Criado em 2014, o Instituto já destinou cerca de R\$ 300 milhões a projetos que beneficiaram mais de 18 milhões de pessoas em 430 municípios, consolidando-se como um dos principais investidores sociais do país. Entre as iniciativas, destacam-se o Programa Escolas Baseadas na Natureza, que alcançou mais de 16 mil professores; o Caminhos para a Saúde, que atendeu mais de 27 mil pessoas; o Programa de Voluntariado Corporativo, que engajou mais de 5 mil colaboradores; o Estação Motiva Cultural, que já recebeu mais de 23.300 pessoas; e o Projeto Centenários, que desde 2023 impactou mais de 730 mil pessoas, sendo 550 mil apenas em 2025, homenageando grandes nomes da cultura brasileira e transformando as estações da Linha 4-Amarela em espaços de memória e encontro.

Lideramos a Coalizão para a Descarbonização dos Transportes e apresentamos recomendações na COP30, em Belém. Ao final do ano, a Coalizão conquistou os prêmios Aberje e Eco da Amcham, e o Estação Motiva Cultural ficou em segundo lugar no Prêmio CONCERTO.

Saiba mais em www.motiva.com.br/instituto/

5. Considerações Finais

5.1 Agradecimentos

Gostaríamos de expressar os nossos agradecimentos aos usuários, acionistas, instituições governamentais, financiadores, prestadores de serviços e a todos os colaboradores da Companhia.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

5.2 Auditores Independentes

Em atendimento à determinação da Instrução CVM 162/22 a Companhia informa que, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, não foram contratados nossos Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles de auditoria externa.

No relacionamento com o Auditor Independente, buscou-se avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base no seguinte: o auditor não deve (a) auditar seu próprio trabalho, (b) exercer funções gerenciais e (c) promover nossos interesses.

As informações financeiras aqui apresentadas estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, e foram elaboradas a partir das demonstrações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos auditores independentes.

5.3 Declaração da Diretoria

Em observância às disposições constantes no artigo 27 da Instrução CVM nº 080/22, de 29 de março de 2022, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no Relatório da Grant Thornton Auditores Independentes Ltda., emitido nesta data, e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

Jundiaí, 26 de fevereiro de 2026.

A Administração.

Notas Explicativas

1. Contexto operacional

A Companhia é uma sociedade anônima de capital aberto domiciliada no Brasil, constituída de acordo com as leis brasileiras. A sede está localizada na Avenida Professora Maria do Carmo Guimarães Pellegrini, n.º 200, Bairro do Retiro, na cidade de Jundiaí, Estado de São Paulo.

A Companhia tem por objetivo exclusivo realizar, sob o regime de concessão até 31 de dezembro de 2037, a exploração do Sistema Rodoviário Anhanguera-Bandeirantes, composto pelas rodovias SP-330 e SP-348, entre São Paulo e Limeira, sendo responsável pela administração de 316,8 km, compreendendo a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, incluindo serviços operacionais, de conservação e de ampliação do sistema, serviços complementares e não delegados, além de atos necessários ao cumprimento do objeto, nos termos do contrato de concessão celebrado com o Departamento de Estradas de Rodagem de São Paulo - DER/SP.

A principal fonte de receita é a arrecadação da tarifa de pedágio, cuja cobrança teve início em 1º de maio de 1998, após a assinatura do contrato, e poderá ser reajustada anualmente, tendo como data-base do reajuste o mês de julho.

Bens reversíveis

No final do período de concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. A Companhia terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução, tenha sido devidamente autorizada pelo Poder Concedente.

1.1. Principais eventos ocorridos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025

1.1.1 Outras informações relevantes – Processos judiciais, administrativos-regulatórios e arbitragem relacionados a questões do contrato de concessão

A Companhia é parte em processos judiciais, administrativos-regulatórios e arbitragens, relacionados a questões do contrato de concessão.

Os processos administrativos-regulatórios são os instrumentos formais pelos quais ocorre a interação entre a Companhia e o Poder Concedente (como uma relação de prestador de serviço com o cliente) a respeito de temas diversos relativos ao contrato de concessão, abrangendo, mas não se limitando a questões que afetam a interpretação contratual e o equilíbrio econômico-financeiro da concessão. Tais processos administrativos-regulatórios podem ser iniciados por qualquer das partes, e neles são apresentados e debatidos temas técnicos, regulatórios, contratuais e jurídicos de naturezas diversas sobre a dinâmica da

Notas Explicativas

concessão. Durante a sua tramitação, tais processos trazem posições preliminares ou não definitivas a respeito das expectativas de direito de cada parte solicitante. Decisões administrativas devem ser proferidas observando a legislação própria de regência e os próprios contratos de concessão e, de uma forma geral, podem ser objeto de revisão judicial ou arbitral.

As naturezas dessas discussões contratuais tipicamente envolvem reajustes tarifários, eventos de força maior (i.e. pandemia COVID-19), modificações no momento de execução ou no escopo de obras previstas no contrato de concessão, controvérsias sobre o cumprimento ou não de requisitos contratuais específicos ou ainda sua forma de mensuração.

Existem incertezas relacionadas à mensuração dos processos regulatórios, dentre elas: (i) o entendimento de cada uma das partes sobre o tema, (ii) negociações ou suas evoluções subsequentes, que alteram substancialmente os valores envolvidos, (iii) a complexidade de mensuração, que comumente envolvem perícias técnicas, (iv) elevada probabilidade de que temas diversos sejam avaliados e solucionados de forma conjunta, pelo respectivo saldo líquido dos pleitos reconhecidos de cada parte, e (v) a forma da liquidação.

As resoluções finais sobre os temas regulatórios podem se dar de diversas formas, não excludentes, tais como: i) recebimento ou pagamento em caixa; ii) extensão ou redução de prazo contratual da concessão; iii) redução ou incremento de compromisso de investimentos futuros; iv) aumento ou redução da tarifa.

Além disso, reequilíbrios recebidos sob a forma de aumento ou redução tarifária são reconhecidos à medida em que o serviço é prestado pela concessionária, assim como, reequilíbrios sob a forma de redução ou aumento de compromissos de investimentos futuros que, por serem contratos executórios, serão reconhecidos no momento da realização da obra de melhoria da infraestrutura. A Administração reitera sua confiança nos procedimentos legais vigentes aplicáveis ao contrato de concessão e avalia o risco de perda das discussões relacionadas a questões regulatórias dos contratos como sendo remoto e/ou sem expectativa de desembolso de caixa.

As demonstrações financeiras da Companhia não contemplam ajustes decorrentes dessas discussões.

1.1.2 Processos em andamento

a. Ação de Improbidade Administrativa n.º 0022800-92.2002.8.26.0053

Em 28 de agosto de 2002, foi ajuizada a ação civil pública de Improbidade Administrativa pelo Ministério Público do Estado de São Paulo (MP/SP) visando à declaração de nulidade da concorrência n.º 007/CIC/97 e do correspondente contrato de concessão.

Notas Explicativas

Após a apresentação das contestações, em 25 de agosto de 2017, foi proferida sentença julgando improcedente a ação, reconhecendo a prescrição intercorrente.

Em 20 de março de 2018, o MP/SP interpôs o recurso de apelação, ao qual foi dado provimento em 12 de junho de 2019 para afastar a prescrição intercorrente e determinar o retorno dos autos à 1ª instância, para que seja apreciada a necessidade de eventual produção de provas e para a apreciação do mérito da ação.

Tendo o processo retornado à 1ª Instância, em 2 de agosto de 2021, foi aberto prazo às empresas rés para se manifestarem acerca de petições do MP/SP, o qual, em síntese, apresentou seu interesse na produção de prova pericial e testemunhal, bem como entendeu necessário que as partes se manifestassem sobre a abertura de procedimento de resolução consensual do processo, ao que as empresas rés se manifestaram no sentido de inexistir interesse em tal resolução consensual do processo.

Em 5 de novembro de 2021, o juiz da causa proferiu despacho abrindo prazo para o Ministério Público se manifestar acerca da aplicabilidade de recente alteração promovida na Lei de Improbidade Administrativa, especificamente acerca da eventual aplicabilidade da prescrição intercorrente para o caso. Tanto o Ministério Público como a concessionária se manifestaram, tendo o Ministério Público juntado aos autos cópia dos acordos celebrados com representantes legais de outras empresas. Em 7 de novembro de 2023, os Requeridos se manifestaram acerca dos documentos apresentados pelo Ministério Público nos autos.

Em 8 de outubro de 2024, foi proferida decisão determinando que o Ministério Público seja intimado a se manifestar quanto ao interesse em firmar acordo de não persecução civil.

Em 7 de novembro de 2024, o Ministério Público informou que não tem interesse em firmar acordo e, na oportunidade, requereu o prosseguimento com a definição das provas que deverão ser realizadas do processo.

Em 22 de abril de 2025, foi proferida decisão determinando o início da fase de provas.

b. Inquérito Civil n.º 14.0699.0000364/2021-5

Em 9 de junho de 2022, foi expedida Portaria de instauração de inquérito civil pelo Ministério Público do Estado de São Paulo em face da AutoBAN e determinadas autoridades do Poder Executivo Estadual visando à apuração de suposto ato de improbidade consistente na prorrogação do contrato de concessão da concessionária em razão da formalização do Acordo Definitivo com o Estado de São Paulo, ocorrida em 31 de março de 2022. As autoridades indicadas no inquérito e a concessionária apresentaram manifestação demonstrando a inexistência de ilegalidade em se efetivar o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato mediante a extensão do respectivo prazo de concessão.

Notas Explicativas

Em 13 de janeiro de 2022, os autos foram remetidos ao CAEX/MP-SP para elaboração de parecer técnico, à luz das informações prestadas pela concessionária e ARTESP.

Após parecer inconclusivo do CAEX/MP-SP, em 14 de agosto de 2024, foi proposto o arquivamento dos autos, que foi devidamente homologado pelo Conselho Superior do Ministério Público do Estado de São Paulo (CSMP) pela ausência de indícios de ilegalidade, em 26 de novembro de 2024. Em razão disso, o Inquérito Civil não será mais reportado nas demonstrações financeiras.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às Práticas contábeis adotadas no Brasil)

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP).

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão divulgadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas por ela na sua gestão.

Em 26 de fevereiro de 2026, foi aprovada pela Administração da Companhia a emissão das demonstrações financeiras.

Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado.

Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Notas Explicativas

As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela Administração da Companhia, sendo as alterações reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas na data da emissão do relatório que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas notas explicativas:

3.8. Provisão para redução ao valor recuperável (*impairment*): principais premissas utilizadas na determinação do valor em uso;

3.10. Provisão de manutenção: estimativa de valor para manutenção futura e taxa de desconto da estimativa;

7.1. Provisão para perda esperada: principais premissas para determinação do risco de crédito;

8.2. Impostos diferidos: valor de reconhecimento de ativos fiscais diferidos, baseado na disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual poderão ser utilizados;

12. Amortização dos ativos intangíveis: curva de amortização;

14. Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários, tributários e contratuais: determinação de valor suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso;

19. Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo: premissas para mensuração do valor justo, com base em dados observáveis.

3. Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais descritas têm sido aplicadas consistentemente nos exercícios apresentados nas demonstrações financeiras.

3.1. Moeda estrangeira

Transações com moeda estrangeira

Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio da data do fechamento. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira, são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo, quando este é utilizado, e passam a compor os valores dos registros contábeis em reais destas transações, não se sujeitando a variações cambiais posteriores.

Notas Explicativas

Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos são reconhecidos na demonstração de resultados.

3.2. Receitas de contratos com clientes

É aplicado um modelo de cinco etapas para contabilização de receitas decorrentes de contratos com clientes, de tal forma que uma receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de controle de bens ou serviços para um cliente.

As cinco etapas mencionadas acima são: (1) identificação de contratos com clientes; (2) identificação das obrigações de desempenho do contrato; (3) determinação do preço de transação; (4) alocação do preço da transação para obrigações de performance e; (5) reconhecimento da receita.

As receitas de pedágio são reconhecidas quando da utilização pelos usuários/clientes das rodovias.

As receitas acessórias são reconhecidas quando da prestação dos serviços.

Receitas de construção: segundo a ICPC 01 (R1), quando a Companhia presta serviços de construção ou melhorias na infraestrutura, contabiliza receitas e custos relativos a estes serviços, os quais são determinados em função do estágio de conclusão da evolução física do trabalho contratado, que é alinhada com a medição dos trabalhos realizados.

Receitas de remuneração de contas a receber do Poder Concedente é reconhecida como complemento da receita da concessionária, à medida que a concessionária tem o direito de ser remunerada pelo Poder Concedente em razão de implantação da infraestrutura, operação ou indenização.

As receitas são reconhecidas no período de competência, ou seja, quando da utilização pelos usuários dos bens públicos objeto da concessão ou quando da prestação do serviço.

Os valores das tarifas são pactuados na celebração do contrato de concessão, que preveem as premissas de reajustes anuais.

Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização.

Para maiores detalhes, vide nota explicativa n.º 17.

Notas Explicativas

3.3. Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir

Notas Explicativas

significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros – Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

Notas Explicativas

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Ativo financeiro a VJR

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.

Notas Explicativas

Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando:

- os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou
- transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que:
 - substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos; ou
 - a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Notas Explicativas

3.4. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com conversibilidade imediata e risco insignificante de mudança de valor. São recursos mantidos com a finalidade de atender compromissos de curto prazo.

Além dos critérios acima, utiliza-se como parâmetro de classificação, as saídas de recursos previstas para os próximos 3 meses a partir da data da avaliação.

Aplicações financeiras

Refere-se aos demais investimentos financeiros não enquadrados nos itens acima mencionados.

3.5. Custo de transação na emissão de títulos de dívida

Os custos incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a Taxa Interna de Retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. A taxa interna de retorno considera todos os fluxos de caixa, desde o valor líquido recebido pela concretização da transação até todos os pagamentos efetuados ou a efetuar, para a liquidação dessa transação.

3.6. Ativo imobilizado

Reconhecimento e mensuração

O ativo imobilizado é mensurado ao custo histórico de aquisição ou construção de bens, deduzido das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição/construção dos ativos, incluindo custos dos materiais, de mão de obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que esses possam operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Notas Explicativas

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos do item do imobilizado a que se referem, caso contrário, são reconhecidos no resultado como despesas.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado apurados pela comparação entre os recursos advindos de alienação com o valor contábil do mesmo são reconhecidos no resultado em outras receitas/despesas operacionais.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido como tal, caso seja provável que sejam incorporados benefícios econômicos a ele e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil de componente repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado quando incorridos.

Depreciação

A depreciação é computada pelo método linear, às taxas consideradas compatíveis com a vida útil econômica e/ou o prazo de concessão, dos dois o menor. As principais taxas de depreciação estão demonstradas na nota explicativa n.º 11.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis.

3.7. Ativos intangíveis

A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis:

- Direito de uso e custos de desenvolvimento de sistemas informatizados

São demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, calculada de acordo com a vida útil.

- Direito de exploração de infraestrutura - vide item 3.15.

Os ativos em fase de construção são classificados como infraestrutura em construção.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são monitorados sobre a existência de qualquer indicativo sobre a perda de valor recuperável. Caso tais indicativos existam, a Companhia efetua o teste de valor recuperável.

Notas Explicativas

3.8. Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

As provisões para perda de ativos financeiros a receber do Poder Concedente ou com componente significativo de financiamento são mensuradas para 12 meses, exceto se o risco de crédito tenha aumentado significativamente, quando a perda esperada passa a ser mensurada para a vida inteira do ativo.

As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

As provisões para perdas com contas a receber de clientes sem componente significativo de financiamento são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento, as quais resultam de todos os possíveis eventos de inadimplimento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. Quando aplicável, as perdas de crédito são mensuradas a valor presente, pela diferença entre os fluxos de caixa a receber devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber. As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

Notas Explicativas

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos e debitada no resultado.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está *impaired*, um novo valor do ativo é determinado.

A Companhia determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos relacionados a cada unidade geradora de caixa.

Durante a projeção, as premissas chaves consideradas estão relacionadas à estimativa de tráfego do projeto de infraestrutura detido, aos índices que reajustam as tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à respectiva elasticidade ao PIB do negócio, custos operacionais, inflação, investimento de capital e taxas de descontos e reequilíbrios contratuais.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado.

O valor recuperável de um ativo é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

Notas Explicativas

3.9. Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

3.10. Provisão de manutenção – contratos de concessão

As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao Poder Concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

A política da Companhia define que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas, de caráter periódico claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão.

Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincidentes ao longo do contrato de concessão passam a ser provisionadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente à disposição dos usuários.

A provisão de manutenção é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio.

3.11. Receitas e despesas financeiras

Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras, mudanças no valor justo de instrumentos financeiros ativos, os quais são registrados através do resultado do exercício e variações monetárias e cambiais positivas sobre instrumentos financeiros passivos.

As despesas financeiras compreendem basicamente os juros, variações monetárias e cambiais sobre passivos financeiros, recomposições dos ajustes a valor presente sobre provisões e mudanças no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são reconhecidos no

Notas Explicativas

resultado do exercício com base no método da taxa efetiva de juros.

3.12. Benefícios a empregados

Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados.

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

3.13. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social no limite de 30% do lucro real.

O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, às taxas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras.

O imposto diferido é reconhecido em relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

Notas Explicativas

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido, a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros deve ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada em relação a todos os exercícios fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente, tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, relacionados a impostos de renda, lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias dedutíveis quando for provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais estes serão utilizados, limitando-se a utilização a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais.

Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pela administração, que contemplam premissas que são afetadas por condições futuras esperadas da economia e do mercado, além de premissas de crescimento da receita decorrente de cada atividade operacional da Companhia, que podem ser impactados pelas reduções ou crescimentos econômicos, as taxas de inflação esperadas, volume de tráfego, entre outras.

O imposto diferido não é reconhecido para:

- diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil; e
- diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio.

3.14. Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado líquido atribuível aos controladores da Companhia e a média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício.

Notas Explicativas

O resultado por ação diluído é calculado por meio do resultado líquido atribuível aos controladores da Companhia e a média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício, ajustado pelas potenciais ações ordinárias diluidoras, oriundas do plano de Incentivo de Longo Prazo (ILP).

3.15. Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura (ICPC 01 - R1 / IFRIC 12)

A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) / IFRIC 12 - Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome Poder Concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance da ICPC 01 (R1) / IFRIC 12, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público, além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível, um ativo financeiro ou ambos. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos. O concessionário reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do Poder Concedente pelos serviços de construção.

Tais ativos financeiros são mensurados pelo valor justo no reconhecimento inicial e após são mensurados pelo custo amortizado.

Caso a Companhia seja remunerada pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem, líquida de impostos, é irrelevante, considerando-a zero.

Notas Explicativas

Dispêndios realizados na construção de obras de melhorias que não geram benefício econômico futuro são registrados como custo quando incorridos por não atenderem ao critério de reconhecimento de ativo intangível.

Em função dos contratos de concessão serem executórios, construções de obras de melhoria da infraestrutura são reconhecidas contabilmente apenas quando da sua execução física.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo de concessão, tendo sido adotada a curva de tráfego estimada como base para a amortização.

3.16. Informação por segmento

A operação da Companhia consiste na exploração de concessão pública de rodovia, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitas.

A área geográfica de concessão da Companhia é dentro do estado de São Paulo e as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias (clientes externos).

Nenhum cliente externo representa mais do que dez por cento das receitas totais da Companhia.

3.17. Demonstrações do valor adicionado

A Companhia elaborou Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme CPCs e aplicável às, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

3.18. Pagamento baseado em ações

Os pagamentos baseados em ações, liquidáveis em ações, são contabilizados de acordo com o valor dos instrumentos patrimoniais outorgados com base no valor justo na data de outorga. Esse custo é reconhecido durante o período de carência para aquisição do direito dos instrumentos.

3.19. Adoção inicial de normas novas e alterações

A Companhia adotou, inicialmente, a partir de 1º de janeiro de 2025, novas normas que não produziram impactos relevantes nas suas demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2025:

Notas Explicativas

- Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade;
- Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial; e
- OCPC 10 - Créditos de Carbono (tCO₂e), Permissões de emissão (*allowances*) e Crédito de Descarbonização (CBIO).

3.20. Novas normas ainda não efetivas

Algumas novas normas serão efetivas para exercícios findos após 31 de dezembro de 2025 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras.

IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis

O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais:

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na Demonstração do Resultado, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.
- As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.
- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da Demonstração do Resultado da Companhia, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como 'outros'.

Notas Explicativas

Outras Normas Contábeis

As seguintes normas alteradas não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Contratos de eletricidade relacionados à natureza (alterações IFRS 9 e IFRS 7); e
- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7).

3.21. Reforma tributária

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 132, que instituiu a Reforma Tributária sobre o consumo, baseada no modelo de IVA Dual: a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS - Federal) e o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS - Subnacional). Em 16 de janeiro de 2025, foi sancionada a Lei Complementar nº 214/2025 (originada do PLP 68/2024), regulamentando os principais dispositivos do novo regime e do Imposto Seletivo (IS).

A transição para o novo sistema ocorrerá entre 2026 e 2032. Dada a atual fase de transição e a dependência de definições infralegais, os efeitos quantitativos da Reforma na apuração dos tributos ainda não podem ser estimados com precisão. Consequentemente, não houve impactos mensuráveis nestas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025.

A Administração ressalta que o contrato de concessão operado pela Companhia prevê cláusulas de reequilíbrio econômico-financeiro, diferente de impostos sobre a renda. Dessa forma, eventuais aumentos nos custos tributários decorrentes da transição deverão ser objeto de reequilíbrio econômico-financeiro

4. Determinação dos valores justos

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

- Caixa e bancos

Os valores justos desses ativos financeiros são iguais aos valores contábeis, dada sua liquidez imediata.

Notas Explicativas

- Aplicações financeiras

O valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado é apurado por referência aos seus preços de fechamento na data de apresentação das demonstrações financeiras.

- Passivos financeiros não derivativos

O valor justo determinado para fins de registro contábil e/ou divulgação é calculado baseando-se no valor presente dos fluxos de caixa futuros projetados. As taxas utilizadas nos cálculos foram obtidas de fontes públicas (B3 e Bloomberg).

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma. Os diferentes níveis foram definidos a seguir:

- Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: *inputs*, diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

5. Gerenciamento de riscos financeiros

5.1. Visão Geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- a) Risco de crédito;
- b) Risco de taxas de juros e inflação; e
- c) Risco financeiro e liquidez.

A seguir estão apresentadas as informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados e os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

a) Risco de crédito

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, adota-se como prática a análise das situações financeira e patrimonial das contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, somente são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco, avaliadas por agências de *rating*. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas n.ºs 6, 7, 10, 13 e 19.

b) Risco de taxas de juros e inflação

Decorre da possibilidade de sofrer redução nos ganhos ou aumento das perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas às variações (1) do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e Certificado de Depósito Interbancário (CDI) relativo às debêntures; e (2) IGP-M e IPCA relativo ao ônus da concessão. As taxas de juros nas aplicações financeiras são em sua maioria vinculadas à variação do CDI. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas n.ºs 6, 10, 13 e 19.

As tarifas das concessões da Companhia são reajustadas por índices de inflação.

c) Risco financeiro e liquidez

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, são monitorados permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de debêntures. A Administração avalia que a Companhia goza de capacidade para manter a continuidade operacional dos negócios, em condições de normalidade.

Informações sobre os vencimentos dos instrumentos financeiros passivos podem ser obtidas nas respectivas notas explicativas.

O quadro seguinte apresenta os passivos financeiros não derivativos, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual de vencimento. Esses valores incluem pagamento de juros contratuais.

Notas Explicativas

	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 3 anos	Entre 3 e 4 anos	Acima de 4 anos
Debêntures (a)	568.707	578.101	581.657	1.573.319	4.637.139
Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas	12.854	-	-	-	-
Fornecedores e outras contas a pagar	74.725	31.846	-	-	-

(a) Valores brutos dos custos de transação.

6. Caixa e equivalentes de caixa e Aplicações financeiras

Caixa e equivalentes de caixa	2025	2024
Caixa e bancos	7.013	10.932
Aplicações financeiras enquadradas como equivalentes de caixa (a)	379.205	366.436
Total	386.218	377.368

Aplicações financeiras	2025	2024
Circulante	231.110	10.790
Aplicações financeiras (a)	231.110	10.363
Conta reserva	-	427
Total	231.110	10.790

As aplicações financeiras foram remuneradas, a taxa média de 101,37% do CDI, equivalente a 14,51% a.a., em 31 de dezembro de 2025 (104,48% do CDI, equivalente a 11,36% a.a., em média, em 31 de dezembro de 2024).

(a) Compreende substancialmente aplicações em fundo de investimento exclusivo e CDB.

7. Contas a receber

7.1. Contas a receber líquidas

	2025	2024
Circulante	311.971	285.340
Contas a receber das operações (a)	312.345	286.070
Provisão para perda esperada (b)	(374)	(730)
Não circulante	21.885	25.468
Contas a receber das operações (a)	21.885	25.468
Total	333.856	310.808

- (a) Créditos a receber decorrentes dos serviços prestados aos usuários, relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas à concessionária e créditos a receber decorrentes de vale pedágio, créditos de receitas acessórias (principalmente ocupação de faixa de domínio e locação de painéis publicitários) previstas no contrato de concessão; e
- (b) Reflete a perda esperada das operações, referentes aos créditos a receber citados no item (a).

Notas Explicativas

7.2. Aging do contas a receber

Idade de vencimentos dos títulos	2025	2024
Créditos a vencer	333.709	310.719
Créditos vencidos até 60 dias	126	82
Créditos vencidos de 61 a 90 dias	21	7
Créditos vencidos de 91 até 180 dias	119	43
Créditos vencidos há mais 180 dias	255	687
Total	334.230	311.538

8. Imposto de renda e contribuição social

8.1. Conciliação do imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

Conciliação do imposto de renda e contribuição social	2025	2024
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	1.775.367	1.636.749
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal (34%)	(603.625)	(556.495)
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes		
Despesas indedutíveis	(5.778)	(6.202)
Remuneração variável de dirigentes estatutários	(598)	(374)
Incentivo relativo ao imposto de renda	18.812	20.743
Juros sobre o capital próprio	16.200	17.402
Atualização monetária sobre créditos tributários (Selic)	34	177
Outros ajustes tributários	29	1.612
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(574.926)	(523.137)
Impostos correntes	(516.724)	(620.207)
Impostos diferidos	(58.202)	97.070
Alíquota efetiva de impostos	32,38%	31,96%

8.2. Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm as seguintes origens:

Notas Explicativas

Imposto de renda e a contribuição social diferidos	2025	2024
Ativo	43.110	200.366
Provisão de manutenção	695	170.992
Provisões para riscos cíveis, trabalhistas, tributários e previdenciários	10.432	10.855
Tributos com exigibilidade suspensa - Pis e Cofins	12.663	9.045
Provisão para participação nos resultados (PLR)	7.470	6.630
Programa de gratificação de longo prazo	4.481	2.374
Provisão para perda esperada - contas a receber	127	248
Provisão para fornecedores	112	197
Variação cambial	3	-
Resultado de operações com derivativos	7.072	-
Valor Justo	11	-
Arrendamento	44	25
Compensação de imposto ativo	(43.110)	(200.366)
Impostos ativos após compensação	-	-
Passivo	(1.495.617)	(1.594.671)
Receita de reequilíbrio (a)	(1.414.798)	(1.518.320)
Capitalização de juros	(51.381)	(41.826)
Diferenças temporárias Lei n.º 12.973/2014 (b)	(24.980)	(27.061)
Custo de transação de debêntures	(3.019)	(6.456)
Ajuste a valor presente	(1.439)	(1.008)
Compensação de imposto passivo	43.110	200.366
Impostos passivos após compensação	(1.452.507)	(1.394.305)
Imposto diferido líquido	(1.452.507)	(1.394.305)
 Movimentação do imposto diferido	 2025	 2024
SalDOS em 1º de janeiro	(1.394.305)	(1.491.375)
Reconhecimento no resultado	(58.202)	97.070
SalDOS em 31 de dezembro	(1.452.507)	(1.394.305)

- (a) IR/CS diferidos sobre diferença temporária oriunda do registro da receita na Companhia, decorrente da celebração do Acordo Definitivo em 31 de março de 2022; e
- (b) SalDOS de diferenças temporárias resultante da aplicação do artigo 69 da Lei n.º 12.973/2014 (fim do Regime Tributário de Transição) compostos principalmente por depreciação do ativo imobilizado (fiscal) *versus* amortização do ativo intangível (contábil).

9. Pagamentos antecipados relacionados à concessão

	SalDOS a pagar				Apropriação no resultado	
	Circulante		Não circulante			
	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Outorga fixa	51.595	51.595	567.543	619.138	51.595	51.595
Total	51.595	51.595	567.543	619.138	51.595	51.595

Notas Explicativas

10. Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, assim como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, sua controladora, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas.

Saldos	2025			2024		
	Controladora	Outras partes relacionadas	Total	Controladora	Outras partes relacionadas	Total
Ativo	292	308.126	308.418	817	343.138	343.955
Aplicações financeiras	-	304.867	304.867	-	339.231	339.231
Bancos conta movimento	-	3.072	3.072	-	3.638	3.638
Contas a receber	292	174	466	817	202	1.019
Outros créditos	-	13	13	-	67	67
Passivo	12.659	195	12.854	9.604	47.293	56.897
Debêntures	-	-	-	-	47.130	47.130
Fornecedores e contas a pagar	12.659	195	12.854	9.604	163	9.767

Transações	2025			2024		
	Controladora	Outras partes relacionadas	Total	Controladora	Outras partes relacionadas	Total
Custos / despesas - serviços de transmissão de dados	-	-	-	-	(219)	(219)
Custos / despesas / ressarcimento de infraestrutura utilizada	1.613	(3)	1.610	1.967	(31)	1.936
Custos / despesas - serviços especializados e consultorias	-	(596)	(596)	-	(547)	(547)
Custos / despesas - benefício da previdência privada de colaboradores	-	(326)	(326)	-	(131)	(131)
Custos / despesas - seguros	-	(687)	(687)	-	-	-
Custos / despesas - doações	-	(8.322)	(8.322)	-	(7.831)	(7.831)
Custos / despesas - benefício a colaboradores	-	(10.706)	(10.706)	-	(10.718)	(10.718)
Despesas financeiras - juros, variações cambiais e monetárias	-	(143)	(143)	-	(214)	(214)
Despesas de prestação de garantias em emissões de dívidas	-	(4.058)	(4.058)	-	(909)	(909)
Receita de venda de ativo imobilizado	-	73	73	35	150	185
Receitas de aplicações financeiras	-	41.742	41.742	-	27.865	27.865
Receitas financeiras - ajuste a valor presente	-	-	-	-	897	897
Receita de prestação de serviço de partes relacionadas	1.363	-	1.363	1.896	699	2.595
Repasse de custos e despesas - Oficina de Placas	-	2.610	2.610	-	2.019	2.019
Repasse de custos e despesas - CSC	(140.778)	-	(140.778)	(131.240)	-	(131.240)
Repasse de custos e despesas de colaboradores	182	317	499	(153)	(266)	(419)
Imobilizado/Intangível	-	(233)	(233)	-	-	-

10.1. Profissionais-chave da administração

Despesas com profissionais-chave

	Diretores - Estatutários e não estatutários	
	2025	2024
Remuneração (a) (b)	1.572	178
Benefícios de curto prazo - remuneração fixa	968	-
Outros benefícios:	604	178
Provisão para remuneração variável do ano a pagar no ano seguinte	600	-
Complemento de PPR do ano anterior pago no ano	-	178
Seguro de vida	3	-
Previdência privada	1	-

Notas Explicativas

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 12 de março de 2025, foi fixada a remuneração anual dos membros do Conselho da Administração e Diretoria da Companhia de até R\$ 1.000, incluindo honorários, gratificações, benefícios, remuneração variável pagas no ano e contribuição para seguridade social.

Saldos a pagar aos profissionais-chave

	2025	2024
Remuneração dos administradores (a)	693	-

- (a) Contempla o valor de remuneração fixa e variável atribuível aos membros da administração e diretoria;
- (b) Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foi repassado através de rateio da Controladora o montante de R\$ 23.831, referente as despesas e pagamentos de PPR com profissionais chave.

11. Ativo imobilizado e imobilizações em andamento

	Imobilizado					Imobilizações em andamento	Total Imobilizado
	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Veículos	Equipamentos operacionais	Total em operação		
Saldos em 1º de janeiro de 2024	458	13.051	13.051	9.954	36.514	77.953	114.467
Adições	-	-	-	-	-	50.281	50.281
Baixas	(1)	(177)	-	(3)	(181)	-	(181)
Transferências	812	29.866	9.505	49.898	90.081	(89.206)	875
Reclassificação entre imobilizado e intangível	-	486	-	-	486	-	486
Depreciação	(103)	(6.141)	(4.588)	(4.430)	(15.262)	-	(15.262)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	1.166	37.085	17.968	55.419	111.638	39.028	150.666
Custo	3.544	81.700	32.425	196.001	313.670	39.028	352.698
Depreciação acumulada	(2.378)	(44.615)	(14.457)	(140.582)	(202.032)	-	(202.032)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	1.166	37.085	17.968	55.419	111.638	39.028	150.666
Adições	-	-	-	-	-	47.981	47.981
Baixas	(2)	(169)	(121)	(1.159)	(1.451)	-	(1.451)
Transferências	552	19.295	8.132	13.335	41.314	(41.314)	-
Reclassificação entre imobilizado e intangível	-	2.351	-	-	2.351	-	2.351
Depreciação	(179)	(7.787)	(6.023)	(11.908)	(25.897)	-	(25.897)
Outros	-	-	-	-	-	(417)	(417)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	1.537	50.775	19.956	55.687	127.955	45.278	173.233
Custo	4.092	99.521	39.899	206.774	350.286	45.278	395.564
Depreciação acumulada	(2.555)	(48.746)	(19.943)	(151.087)	(222.331)	-	(222.331)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	1.537	50.775	19.956	55.687	127.955	45.278	173.233
Taxa média anual de depreciação %							
Em 31 de dezembro de 2025	10	12	21	15			

Foram acrescidos aos ativos imobilizados, custos de empréstimos no montante de R\$ 5.662 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 7.676 em 31 de dezembro de 2024). As taxas médias de capitalização (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de debêntures) nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 foram de 12,87% a.a. e 11,18% a.a., respectivamente.

Notas Explicativas

12. Intangível e infraestrutura em construção

	Intangível			Total em operação	Infraestrutura em construção	Total do Intangível
	Exploração da infraestrutura concedida	Uso de sistemas informatizados	Sistemas informatizados em andamento			
Saldos em 1º de janeiro de 2024	6.171.465	3.899	6.619	6.181.983	89.077	6.271.060
Adições	-	-	4.708	4.708	48.075	52.783
Transferências	89.105	2.964	(3.838)	88.231	(89.106)	(875)
Reclassificação entre imobilizado e intangível	-	-	(486)	(486)	-	(486)
Amortização	(385.962)	(1.535)	-	(387.497)	-	(387.497)
Outros	(443)	-	-	(443)	-	(443)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	5.874.165	5.328	7.003	5.886.496	48.046	5.934.542
Custo	9.055.554	29.885	7.003	9.092.442	48.046	9.140.488
Amortização acumulada	(3.181.389)	(24.557)	-	(3.205.946)	-	(3.205.946)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	5.874.165	5.328	7.003	5.886.496	48.046	5.934.542
Adições	-	-	6.647	6.647	129.929	136.576
Transferências	109.175	4.206	(4.166)	109.215	(109.215)	-
Reclassificação entre imobilizado e intangível	-	-	(2.351)	(2.351)	-	(2.351)
Amortização	(405.121)	(2.058)	-	(407.179)	-	(407.179)
Outros	(4.223)	-	-	(4.223)	(788)	(5.011)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	5.573.996	7.476	7.133	5.588.605	67.972	5.656.577
Custo	9.159.757	34.091	7.133	9.200.981	67.972	9.268.953
Amortização acumulada	(3.585.761)	(26.615)	-	(3.612.376)	-	(3.612.376)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	5.573.996	7.476	7.133	5.588.605	67.972	5.656.577
Taxa média anual de amortização %						
Em 31 de dezembro de 2025	(a)	20				

(a) Amortização pela curva de benefício econômico.

Infraestrutura em construção

O montante de infraestrutura em construção em 31 de dezembro de 2025, refere-se, principalmente, às obras detalhadas a seguir:

Total	63.289
SP - 330 - 2ª Fase Complexo Jundiaí	31.677
Faixa Adicional SP-330	22.400
Implantação caixas produtos perigosos SP-330	7.028
Melhoria na infraestrutura da sede de Jundiaí	1.860
Alça de acesso SP-330 km 109	324

Foram acrescidos aos ativos intangíveis, custos de empréstimos no montante de R\$ 33.163 no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 4.479 no exercício findo em 31 de dezembro de 2024). As taxas médias de capitalização (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de debêntures) nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 foram de 12,87% a.a. e 11,18% a.a., respectivamente.

Notas Explicativas

13. Debêntures

Série	Taxas contratuais	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.)	Vencimento final	Custos de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar	2025	2024
14ª Emissão - Série única	CDI +2,14% a.a.	2,3194% (a)	Junho de 2028	20.402	-	-	2.650.343 (c)
15ª Emissão - Série única	CDI +0,44% a.a.	0,4903% (a)	Novembro de 2030	5.402	4.424	2.039.258	2.009.002 (c)
16ª Emissão - Série 1	CDI +0,50% a.a.	0,5534% (a)	Julho de 2032	4.755	4.455	1.486.291	- (c)
16ª Emissão - Série 2	IPCA + 7,0457% a.a.	(b)	Julho de 2037	-	-	1.181.726	- (c)
Total				8.879	8.879	4.707.275	4.659.345

	2025	2024
Circulante	205.114	23.019
Debêntures	167.934	28.331
Valor justo	38.886	-
Custos de transação	(1.706)	(5.312)
Não circulante	4.502.161	4.636.326
Debêntures	4.510.770	4.650.001
Valor justo	(1.436)	-
Custos de transação	(7.173)	(13.675)
Total geral	4.707.275	4.659.345

- (a) O custo efetivo destas transações refere-se à taxa interna de retorno (TIR) calculada considerando os juros contratados mais os custos de transação. Para os casos aplicáveis, não foram consideradas as taxas contratuais variáveis para fins de cálculo da TIR;
- (b) A operação está sendo mensurada ao valor justo por meio do resultado, de acordo com os métodos da contabilidade de *hedge* (*hedge* de valor justo). Para maiores detalhes, vide nota explicativa n.º 19;

Garantias:

- (c) Não existem garantias.

Cronograma de desembolsos (não circulante)	2025
2027	-
2028	-
2029	1.000.000
2030	1.000.000
A partir de 2031	2.510.770
Valor justo	(1.436)
(-) Custo de transação	(7.173)
Total	4.502.161

Notas Explicativas

A Companhia possui contratos financeiros, como debêntures, entre outros, com cláusulas de *cross default* e/ou *cross acceleration*, que estabelecem vencimento antecipado, caso deixe de pagar valores devidos em outros contratos por ela firmados ou caso ocorra o vencimento antecipado dos referidos contratos. Os indicadores são constantemente monitorados a fim de evitar a execução de tais cláusulas. Não há quebra de *covenants* relacionados às debêntures.

14. Riscos cíveis, trabalhistas, tributários e previdenciários

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas respectivas operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, cíveis e contratuais.

14.1. Processos com prognóstico de perda provável

A Administração constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme quadro abaixo, com base em (i) informações de seus assessores jurídicos, (ii) análise das demandas judiciais pendentes e (iii) com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas:

	Cíveis e administrativos	Trabalhistas e previdenciários	Tributários	Contratuais	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	3.789	11.715	16.421	-	31.925
Constituição	14.653	7.331	999	60	23.043
Reversão	(2.684)	(4.201)	(737)	-	(7.622)
Pagamentos	(8.786)	(6.930)	(4.287)	(60)	(20.063)
Atualização de bases processuais e monetária	1.018	1.620	762	-	3.400
Saldo em 31 de dezembro de 2025	7.990	9.535	13.158	-	30.683

14.2. Processos com prognóstico de perda possível

A Companhia possui outros riscos relativos a questões cíveis, administrativos, trabalhistas e previdenciários, avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS não determinam sua contabilização.

	2025	2024
Cíveis e administrativos	10.978	16.341
Trabalhistas e previdenciários	9.604	11.010
Total	20.582	27.351

Além de efetuar depósitos judiciais, foram contratadas fianças judiciais para os processos em andamento, cujo montante em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 17.048 (R\$ 16.168 em 31 de dezembro de 2024).

Notas Explicativas

15. Provisão de manutenção

	Circulante	Não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2024	420.588	82.331	502.919
Constituição	237.160	10.333	247.493
Ajuste a valor presente	25.634	3.229	28.863
Transferências	95.327	(95.327)	-
Realização	(777.230)	-	(777.230)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	1.479	566	2.045

As taxas nos exercícios findos em de 31 de dezembro 2025 e 2024, para o cálculo do valor presente, foram de 11,43% a.a. e 9,64% a.a., respectivamente.

16. Patrimônio líquido

16.1. Capital social

O capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 246.750, compostos por 175.000.000 ações ordinárias e sem valor nominal.

16.2. Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do artigo 193 da Lei n.º 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

16.3. Reserva de retenção de lucros

Foi constituída em razão de retenção de lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76. A retenção foi fundamentada em orçamento de capital, elaborado pela administração, e será aprovada pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral Ordinária.

16.4. Dividendos

Os dividendos são calculados em conformidade com o estatuto social e de acordo com a Lei das Sociedades por Ações (Lei n.º 6.404/76).

Em 12 de março de 2025, foi aprovada em Ata de Assembleia Geral Ordinária (AGO), a distribuição de dividendos intermediários no valor de R\$ 41.254, a título de dividendos adicionais propostos.

Notas Explicativas

Em 22 de abril de 2025, foi aprovada em Ata de Reunião do Conselho de Administração (RCA), a distribuição de dividendos intermediários no valor de R\$ 197.400, à conta da Reserva de Retenção de Lucros de 2024 e o pagamento de R\$ 41.254 à conta do saldo total dos dividendos adicionais propostos nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2024 e aprovados na AGO realizada em 12 de março de 2025. Os dividendos intermediários e adicionais propostos foram pagos em 30 de abril de 2025.

Em 12 de agosto de 2025, foi aprovada em Ata de Reunião do Conselho de Administração (RCA), a distribuição de dividendos intermediários no valor de R\$ 574.594 à conta de parte dos lucros apurados no período entre 01 de janeiro de 2025 e 30 de junho de 2025. Os dividendos intermediários e adicionais propostos foram pagos em 14 de agosto de 2025.

O montante de R\$ 380.800 foi destinado a título de dividendos adicionais propostos, a serem pagos conforme vier a ser oportunamente deliberado;

Os requerimentos para cálculo do dividendo mínimo obrigatório relativo ao exercício de 2025, foram atendidos conforme o quadro a seguir:

	2025
Lucro líquido do exercício	1.200.441
(-) Constituição de reserva legal	-
Lucro líquido ajustado	1.200.441
Dividendo mínimo obrigatório - 25% sobre o lucro líquido ajustado	300.110
 Total de juros sobre capital próprio pagos	(47.647)
Total de dividendos intermediários pagos	(574.594)
Total de dividendos e juros sobre capital próprio	(622.241)

Em 31 de dezembro de 2025, não houve a necessidade de constituição dos dividendos mínimos obrigatórios, devido a aprovação de dividendos intermediários e juros sobre capital próprio pagos.

16.5. Juros sobre capital próprio

Em 21 de março de 2025, foi aprovado em Ata de Reunião do Conselho da Administração (RCA), o destaque dos juros sobre o capital próprio no valor bruto de R\$ 9.491, relativo ao lucro do exercício, correspondente ao montante líquido de R\$ 8.067, deduzidos de 15% de imposto de renda retido na fonte (IRRF) correspondente a R\$ 1.424, pagos em 30 de abril de 2025.

Notas Explicativas

Em 25 de junho de 2025, foi aprovado em Ata de Reunião do Conselho da Administração (RCA), o destaque dos juros sobre o capital próprio no valor bruto de R\$ 13.127, com base no Patrimônio Líquido de 31 de março de 2025, correspondente ao montante líquido de R\$ 11.158, deduzidos de 15% de imposto de renda retido na fonte (IRRF) correspondente a R\$ 1.969, pagos em 14 de agosto de 2025.

Em 22 de setembro de 2025, foi aprovada em Ata de Reunião do Conselho de Administração (RCA), o destaque dos juros sobre o capital próprio no valor bruto de R\$ 12.020, com base no Patrimônio Líquido de 30 de junho de 2025, correspondente ao montante líquido de R\$ 10.217, deduzidos de 15% de imposto de renda retido na fonte (IRRF) correspondente a R\$ 1.803, pagos em 30 de setembro de 2025.

Em 11 de dezembro de 2025, foi aprovada em Ata de Reunião do Conselho de Administração (RCA), o destaque dos juros sobre o capital próprio no valor bruto de R\$ 13.009, com base no Patrimônio Líquido de 30 de setembro de 2025, correspondente ao montante líquido de R\$ 11.058, deduzidos de 15% de imposto de renda retido na fonte (IRRF) correspondente a R\$ 1.951, pagos em 23 de dezembro de 2025.

16.6. Lucro básico

	2025	2024
Numerador		
Lucro líquido	1.200.441	1.113.612
Denominador		
Média ponderada de ações - básico (em milhares)	175.000	175.000
Lucro por ação - básico	6,85966	6,36350

A Companhia não possui instrumentos que, potencialmente, poderiam diluir os resultados por ação.

16.7. Plano de Incentivo de Longo Prazo, liquidável em Ações

Em 16 de abril de 2025, houve a outorga de novo Plano de Incentivo de Longo Prazo, com as características e parâmetros de precificação abaixo:

Parcela de Performance

- Quantidade de ações outorgadas - parcela de performance: 7.019 ações;
- Data da outorga: 16 de abril de 2025;
- Preço corrente (TSR do ano anterior): R\$ 11,59;
- Preço de exercício (TSR alvo): para cada tranche R\$ 11,46, R\$ 10,57 e R\$ 9,58;
- Volatilidade calculada para cada tranche: 22,69%, 24,45% e 25,79%;
- Taxa de juros livre de risco para cada tranche: 14,20%, 14,00% e 14,12%; e

Notas Explicativas

- Prazo total: para o plano regular serão 2 anos de *vesting* para a 1ª parcela, 3 anos de *vesting* para a 2ª parcela e 4 anos de *vesting* para a 3ª parcela, já para o plano extraordinário serão 5 anos de *vesting*.

Parcela de Retenção

O valor justo da parcela atrelada à retenção, composta por 7.019 ações, foi determinado pelo preço de mercado das ações da Companhia, em 16 de abril de 2025 (data de outorga), de R\$ 12,37, e está condicionada apenas à passagem do tempo e a prestação do serviço por parte dos funcionários.

Os planos outorgados em 2023 e 2024 seguem com as mesmas características divulgadas nas notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023, tendo ocorrido no 1º semestre de 2025, restando 10.838 ações a serem exercidas à medida que transcorra o período de *vesting*.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foi reconhecido como despesa, em contrapartida a reserva de capital, o montante de R\$ 111 relativos aos planos outorgados em 2023, 2024 e 2025.

17. Receitas operacionais líquidas

	2025	2024
Receita bruta	4.141.501	3.807.042
Receitas de pedágio	3.985.229	3.695.634
Receitas de construção (ICPC 01 R1)	88.328	40.821
Receitas de prestação de serviço entre partes relacionadas	1.363	2.595
Receitas acessórias	66.581	67.992
Deduções das receitas brutas	(347.905)	(328.837)
Impostos sobre receitas	(346.863)	(326.623)
Abatimentos	(1.042)	(2.214)
Receita operacional líquida	3.793.596	3.478.205

Notas Explicativas**18. Resultado financeiro**

	2025	2024
Despesas financeiras	(874.928)	(656.524)
Juros sobre debêntures	(709.345)	(592.166)
Variação monetária sobre debêntures	(10.736)	-
Perda com operações de derivativos	(35.503)	-
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	(28.863)	(50.075)
Capitalização de custos dos empréstimos	38.825	12.155
Valor justo sobre debêntures	(50.421)	-
Variações cambiais sobre fornecedores estrangeiros	(8)	(7)
Ajuste a valor presente - arrendamento	(212)	(124)
Taxa, comissões e outras despesas financeiras	(78.665)	(26.307)
Receitas financeiras	182.332	74.629
Rendimento sobre aplicações financeiras	114.407	71.233
Ganho com operações de derivativos	52.119	-
Valor justo sobre debêntures	12.971	-
Variações cambiais sobre fornecedores estrangeiros	-	6
Juros e outras receitas financeiras	2.835	3.390
Resultado financeiro líquido	(692.596)	(581.895)

19. Instrumentos financeiros**19.1. Instrumentos financeiros por categoria e hierarquia de valor justo**

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

Notas Explicativas

		2025	2024
Ativos	Nível	968.266	699.985
Valor justo através do resultado		633.944	388.158
Caixa e bancos	Nível 2	7.013	10.932
Aplicações financeiras	Nível 2	610.315	376.799
Aplicações financeiras vinculadas - conta reserva	Nível 2	-	427
Contas a receber com operações de derivativos	Nível 2	16.616	-
Custo amortizado		334.322	311.827
Contas a receber das operações		333.856	310.808
Contas a receber de partes relacionadas		466	1.019
Passivos		(4.837.208)	(4.793.946)
Valor justo através do resultado		(1.181.726)	-
Debêntures (a)	Nível 2	(1.181.726)	-
Custo amortizado		(3.655.482)	(4.793.946)
Debêntures (a)		(3.525.549)	(4.659.345)
Fornecedores e outras contas a pagar		(106.571)	(119.186)
Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas		(12.854)	(9.767)
Passivo de arrendamento		(5.310)	(979)
Obrigações com Poder Concedente		(5.198)	(4.669)
Total		(3.868.942)	(4.093.961)

(a) Os valores contábeis estão líquidos dos custos de transação.

Debêntures mensuradas ao custo amortizado - Caso fosse adotado o critério de reconhecer esses passivos pelos seus valores justos (nível 2), os saldos apurados seriam os seguintes:

	2025		2024	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Debêntures (a)	4.678.704	3.501.010	4.678.332	4.854.377

(a) Os valores contábeis estão brutos dos custos de transação.

Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex.: B3, ANBIMA e Bloomberg), adicionados *spreads* contratuais e trazidos a valor presente por taxa pré-fixada (pré-DI), acrescida de um componente de risco de crédito, que considera como *spread* a curva de crédito ANBIMA *triple A* na data base.

Debêntures mensuradas ao valor justo por meio do resultado (*hedge accounting*) – A Companhia captou recursos por meio de debêntures, tendo sido contratados *swaps* trocando a remuneração contratual por percentual do CDI. A Companhia entende que a mensuração dessas dívidas pelo valor justo (nível 2) (*hedge accounting*), resultaria em informação mais relevante e reduziria o descasamento contábil no resultado causado pela mensuração do derivativo a valor justo e da dívida a custo amortizado. Caso essa debênture fosse mensurada pelo custo amortizado, o saldo contábil seria de R\$ 1.144.276 em 31 de dezembro de 2025, conforme detalhado a seguir:

Notas Explicativas

Série	Taxa contratual da dívida	Taxa contratual - Swap	Custo amortizado (a)
Debêntures - 16ª Emissão - Série 2	IPCA + 7,0457% a.a.	CDI – 0,80% / CDI – 0,805% / CDI – 0,815%	1.144.276

(a) Valor bruto do custo de transação.

19.2. Instrumentos financeiros derivativos

As operações em aberto com derivativos em 31 de dezembro de 2025, têm como objetivo principal a proteção contra flutuações de outros indexadores e taxas de juros, sem caráter especulativo. Dessa forma, são caracterizados como instrumentos de *hedge* e estão registrados pelo seu valor justo por meio do resultado.

A Companhia contratou operações de *swap* para mitigar o risco cambial dos fluxos de caixa de emissões de debêntures. Abaixo está detalhada a operação vigente em 31 de dezembro de 2025:

Risco	Risco coberto
Swap - riscos de juros	100% Debêntures - 16ª Emissão - Série 2

O instrumento financeiro derivativo foi negociado em mercado de balcão.

O quadro a seguir demonstra o instrumento derivativo contratado para a Companhia:

Operação	Data de vencimento	Valor de referência (Nocional)		Efeito acumulado		Resultado	
		Moeda local		Valores a receber / a pagar		Ganho (Perda) em resultado	
		2025	2024	2025	2024	2025	2024
Swap - riscos de juros	2037	1.100.000	-	16.616	-	16.616	-

19.3. Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

Nos cálculos das análises de sensibilidade, não foram consideradas novas contratações de operações com derivativos, além das já existentes.

Notas Explicativas

A Companhia adotou para os cenários de estresse A e B da análise de sensibilidade, os percentuais de 25% e 50%, respectivamente, os quais são aplicados no sentido de apresentar situação que demonstre sensibilidade relevante de risco variável.

19.3.1. Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros sobre os contratos de debêntures, derivativos e aplicações financeiras com taxas pós-fixadas, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 31 de dezembro de 2026, ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

Risco	Exposição em R\$ (4) e (5)	Efeito em R\$ no resultado		
		Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
CDI	(4.699.059)	(690.318)	(860.856)	(1.031.331)
IPC-A	(446)	(50)	(55)	(60)
Efeito sobre debêntures e derivativos		(690.369)	(860.912)	(1.031.391)
CDI	611.741	55.624	69.319	82.937
Efeito sobre as aplicações financeiras		55.624	69.319	82.937
Total do efeito líquido de ganhos / (perdas)		(634.745)	(791.593)	(948.453)

As taxas de juros consideradas foram ⁽¹⁾:

CDI ⁽²⁾	14,9000%	18,6250%	22,3500%
IPC-A ⁽³⁾	4,2600%	5,3250%	6,3900%

(1) As taxas apresentadas acima serviram como base para o cálculo, sendo as mesmas utilizadas nos 12 meses do cálculo:

Nos itens (2) e (3) abaixo, estão detalhadas as premissas para obtenção da taxa do cenário provável:

- (2) Taxa de 31/12/2025, divulgada pela B3;
- (3) Variação anual acumulada nos últimos 12 meses, divulgada pelo IBGE;
- (4) Os valores de exposição não contemplam ajustes a valor justo, não estão deduzidos dos custos de transação, e não consideram os saldos de juros em 31/12/2025, quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores; e
- (5) Os cenários de estresse contemplam depreciação dos fatores de risco (CDI e IPCA).

20. Compromissos vinculados a contratos de concessão

20.1. Compromissos com o Poder Concedente - Outorga variável

	% Base	Valor pago no período		Circulante		
				Valor a pagar		
		2025	2024	2025	2024	
Outorga variável	1,5	Receita bruta	60.304	56.234	5.198	4.669

Notas Explicativas

20.2. Compromissos relativos à concessão

A Companhia assumiu compromissos em seu contrato de concessão que contemplam investimentos (melhorias e grandes manutenções periódicas) a serem realizados durante o prazo da concessão. Os valores demonstrados abaixo refletem os valores dos investimentos estabelecidos no início do contrato de concessão, ajustado por reequilíbrios firmados com o Poder Concedente e atualizado anualmente pelos índices de reajuste tarifário (IRT), portanto não contempla eventuais diferenças frente a preços de mercado e a outros indicadores de correção de preços:

	2025	2024
Compromissos relativos à concessão	2.631.949	3.044.183

Os valores acima não incluem eventuais investimentos contingentes, de nível de serviço, casos em discussão para reequilíbrio e manutenções menores não periódicas.

21. Demonstração dos fluxos de caixa

21.1. Atividades de financiamento

A Companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que tal classificação melhor representa os fluxos de obtenção de recursos para cumprimento das obrigações do contrato de concessão.

A reconciliação das atividades de financiamento está demonstrada a seguir:

	Debêntures	Passivo de arrendamento	Dividendos e juros sobre capital próprio	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(4.659.345)	(979)	-	(4.660.324)
Variações dos fluxos de caixa de financiamento	709.601	1.355	853.748	1.564.704
Captações (líquidas dos custos de transação)	(2.494.883)	-	-	(2.494.883)
Pagamentos de principal	2.650.000	1.355	-	2.651.355
Pagamentos de juros	554.484	-	-	554.484
Pagamentos de dividendos e juros sobre capital próprio	-	-	853.748	853.748
Outras variações que não afetam caixa	(757.531)	(5.686)	(853.748)	(1.616.965)
Despesas com juros e variação monetária	(720.081)	-	-	(720.081)
Adições de contratos de arrendamento	-	(5.474)	-	(5.474)
Dividendos e juros sobre capital próprio	-	-	(853.748)	(853.748)
Valor justo sobre debêntures	(37.450)	-	-	(37.450)
Ajuste a valor presente	-	(212)	-	(212)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	(4.707.275)	(5.310)	-	(4.712.585)

Proposta de Orçamento de Capital

motiva autoban

CONCESSIONÁRIA DO SISTEMA ANHANGUERA-BANDEIRANTES S.A.

CNPJ/MF nº 02.451.848/0001-62

NIRE 35.300.154.461

Companhia Aberta

ORÇAMENTO DE CAPITAL

Srs. Acionistas, nos termos do artigo 196 da Lei das Sociedades Anônimas e do artigo 27, §1º, inciso IV da Resolução CVM 80, apresentamos a V.Sas. para análise e posterior aprovação na Assembleia, a proposta de Orçamento de Capital para o exercício social de 2026, no valor de R\$ 443.000.000,00 (quatrocentos e quarenta e três milhões de reais), conforme fontes de financiamento abaixo, o qual foi aprovado pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 26 de fevereiro de 2026.

Proposta de Orçamento de Capital: R\$ 443.000.000,00

Aplicações

Investimento planejado para atendimento a compromissos da
Companhia em 2026

R\$ 443.000.000,00

Origens/Fontes de Financiamento

Reserva de Retenção de Lucros até 31 de dezembro de 2025

R\$ 197.400.000,00

Outros Recursos Próprios e/ou de Terceiros

R\$ 245.600.000,00

Jundiaí, 26 de fevereiro de 2026.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
SR. EDUARDO SIQUEIRA MORAES CAMARGO
Presidente do Conselho de Administração

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Aos Acionistas, Conselheiros e Administração da
Concessionária do Sistema Anhanguera-Bandeirantes S.A.
Jundiaí – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária do Sistema Anhanguera-Bandeirantes S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária do Sistema Anhanguera-Bandeirantes S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade aplicáveis às auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria (PAA)

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Capitalização de gastos com ativos de concessão (Notas explicativas nos 3.2, 3.7, 3.15 e 12)

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um principal assunto de auditoria

A Companhia capitaliza e registra como ativos intangíveis e ativos de contrato determinados gastos elegíveis, decorrentes de contrato de concessão. Os contratos de concessões representam o direito de exploração da infraestrutura, pautado pela interpretação contábil ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão (IFRIC 12), o qual prevê a obrigação de construir e/ou operar a infraestrutura (ativo intangível ou ativo de contrato da concessão) para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas em contrato.

As capitalizações dos montantes registrados nestas rubricas no exercício de 2025 impactaram na apuração do custo de construção e, consequentemente, na determinação da receita de construção. A mensuração destes gastos também é afetada por elementos subjetivos devido à natureza diversa dos gastos capitalizados como parte da infraestrutura da concessão, bem como a existência de certo grau de julgamento para a determinação de quais gastos seriam elegíveis para serem capitalizados como o ativo intangível e ativo de contrato. Desta forma, identificamos a capitalização de gastos no ativo de contrato de concessão e do intangível como uma área relevante para nossos trabalhos e, dessa forma, um principal assunto de auditoria.

Como o assunto foi tratado na auditoria das demonstrações financeiras

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros:

- avaliamos o desenho dos controles internos chaves implementadas pela administração para novas adições de infraestrutura e gerenciamento dos contratos de concessões;
- testamos documentalmente, em base amostral, as adições do ativo de contrato de concessão e intangível, incluindo a inspeção das medições, notas fiscais, comprovantes de pagamentos e contratos, com objetivo de avaliar a natureza do gasto e sua respectiva classificação;
- avaliamos a natureza dos gastos capitalizados como ativo de contrato de concessões e a aplicabilidade aos critérios estabelecidos pelo contrato de concessão e normas contábeis vigentes; e
- Avaliamos se as divulgações nas notas explicativas estão consistentes com as informações e representações obtidas da administração.

Com base nos procedimentos efetuados, consideramos que são razoáveis as premissas e metodologias utilizadas pela Companhia para a capitalização dos gastos ao ativo de contrato e ativo intangível, estando as informações apresentadas nas demonstrações

financeiras consistentes com as informações analisadas em nossos procedimentos de auditoria no contexto daquelas demonstrações financeiras.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

A demonstração do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado.

Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Standards Accounting Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida

significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;

- avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria.

Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 26 de fevereiro de 2026

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-028.281/O-4 F SP

Élica Daniela da Silva Martins
Contadora CRC 1SP-223.766/O-0

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**- DECLARAÇÃO DA DIRETORIA -**

Em observância às disposições constantes no artigo 27, §1º, V e VI, da Resolução CVM nº. 80, de 29 de março de 2022, os membros da Diretoria da Companhia declaram que: (i) reviram, discutiram e concordam, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da Grant Thornton Auditores Independentes Ltda. ("GT Auditores") sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; e (ii) reviram, discutiram e concordam, por unanimidade, com as Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

Jundiaí/SP, 26 de fevereiro de 2026.

RODRIGO FERNANDES MONTEIRO
DIRETOR PRESIDENTE E DE RELAÇÃO COM INVESTIDORES

FAUSTO CAMILOTTI
DIRETOR

GUILHERME MOTTA GOMES
DIRETOR

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

- DECLARAÇÃO DA DIRETORIA -

Em observância às disposições constantes no artigo 27, §1º, V e VI, da Resolução CVM nº. 80, de 29 de março de 2022, os membros da Diretoria da Companhia declaram que: (i) reviram, discutiram e concordam, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da Grant Thornton Auditores Independentes Ltda. ("GT Auditores") sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; e (ii) reviram, discutiram e concordam, por unanimidade, com as Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

Jundiaí/SP, 26 de fevereiro de 2026.

RODRIGO FERNANDES MONTEIRO
DIRETOR PRESIDENTE E DE RELAÇÃO COM INVESTIDORES

FAUSTO CAMILOTTI
DIRETOR

GUILHERME MOTTA GOMES
DIRETOR